



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

LIMA, TANIA ANDRADE; MORGADO, ANDREA JUNDI; PUCCIONI, SILVIA; AMADO, NAYARA
Os estivadores esquecidos: arqueologia do Trapiche da Pedra do Sal, Rio de Janeiro, século XIX

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 30, e34, 2022

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e34>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27370435030>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

The logo for Redalyc.org, featuring the word 'redalyc.org' in a stylized font with a red dot above the 'y'.

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Os estivadores esquecidos: arqueologia do Trapiche da Pedra do Sal, Rio de Janeiro, século XIX

The forgotten dockers: archaeology of the Pedra do Sal pier warehouse, Rio de Janeiro, nineteenth century

<https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e34>

TANIA ANDRADE LIMA¹

<https://orcid.org/0000-0002-0500-6028>

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ANDREA JUNDI MORGADO²

<https://orcid.org/0000-0002-1537-8917>

Muséum National d'Histoire Naturelle / Paris, França

SILVIA PUCCIONI³

<https://orcid.org/0000-0002-8976-8838>

Resgate. Consultoria em Patrimônio / Rio de Janeiro, RJ, Brasil

NAYARA AMADO⁴

<https://orcid.org/0000-0002-4854-722X>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro, RJ, Brasil

1. Professora aposentada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde continua colaborando voluntariamente com o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Doutora em Ciências (Arqueologia) pela Universidade de São Paulo (USP) com pós-doutorado em História Social pela mesma instituição. E-mail: talima8@gmail.com.

2. Mestre em Pré-História pelo Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris. E-mail: andrea.jundi6@gmail.com.

3. Diretora técnica da empresa Resgate Consultoria em Patrimônio e docente no curso de Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia (MP-CECRE/UFBA). Mestre em Arquitetura pela UFRJ e em Arqueologia pelo Museu Nacional / UFRJ. E-mail: puccioni@uol.com.

4. Graduanda em Arqueologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados das intervenções arqueológicas realizadas no antigo Trapiche da Pedra do Sal, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, à luz de uma contextualização histórica e social da área, um reduto da população negra urbana desde o final do século XVIII até a atualidade. Construído na primeira metade do século XIX a apenas 100 m de distância da Pedra do Sal e a cerca de 200 m do Cais do Valongo, o trapiche se tornou um dos mais importantes da orla da Saúde até ser absorvido pela Companhia Docas D. Pedro II, inaugurada em 1875. Sua prosperidade foi sustentada por essa população negra, germe dos futuros trabalhadores portuários, responsável pelas atividades de embarque, desembarque e armazenamento de mercadorias. Contudo, essa forte presença africana está praticamente ausente do registro documental e apenas escassamente atestada no registro arqueológico, através de algumas evidências relacionadas às suas práticas espirituais. Em contrapartida a esses estivadores esquecidos e contrastando fortemente com eles, foi possível levantar os diferentes administradores do Trapiche da Pedra do Sal, suficientemente registrados e lembrados. Os resultados dessa investigação são apresentados neste artigo, aspirando contribuir para uma construção mais inclusiva de parte da memória da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da diáspora africana. Zona Portuária do Rio de Janeiro. Estivadores do século XIX. Pedra do Sal.

ABSTRACT: This article presents the results of archaeological interventions undertaken in the former pier warehouse of Pedra do Sal, in Rio de Janeiro's Port Zone, considering a historical and social contextualization of the area, a refuge of the urban black population from the end of the eighteenth century to the present. Built in the first half of the nineteenth century just 100 m away from Pedra do Sal (Salt Stone) and about 200 m from Valongo Wharf, the pier warehouse became one of the most important on the Saúde shoreline until it was absorbed by the Docas D. Pedro II Company, inaugurated in 1875. Its prosperity was sustained by this black population, the seed of the future dockworkers, responsible for the activities of loading, unloading, and storing commodities. However, this strong African presence is virtually absent from the documentary records and only sparsely present in the archaeological record, with only some evidence related to their spiritual practices. In stark contrast to these forgotten dockers, discovering information on the various administrators of the Pedra do Sal pier warehouse, well recorded and sufficiently remembered, was possible. The results of this investigation are presented in this article, which seeks to contribute to a more inclusive construction of part of the memory of Rio de Janeiro's Port Zone.

KEYWORDS: African diaspora archeology. Rio de Janeiro's Port Zone. Nineteenth century dockers. Pedra do Sal.

INTRODUÇÃO

Entre 2011 e 2012, em meio à preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, foi desenvolvido, pela prefeitura do Rio de Janeiro, o Programa de Revitalização da Zona Portuária. Objetivando a melhoria do seu sistema de drenagem, bem como das redes de abastecimento de água, esgoto sanitário e iluminação pública, ele compreendeu, em sua Etapa 1, o trecho entre a Praça Mauá e a Praça Jornal do Comércio, no bairro da Saúde. Em razão das pesadas intervenções a serem feitas no subsolo, foi exigido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em atendimento às disposições legais vigentes, o monitoramento arqueológico ao longo das ruas Sacadura Cabral e Coelho e Castro, bem como de suas transversais, isto é, as ruas Edgard Gordilho, Argemiro Bulcão, Aníbal Falcão e Barão de Tefé, com vistas à preservação de vestígios materiais do passado da zona portuária (Figura 1).

No decorrer do trabalho de acompanhamento da implantação das redes subterrâneas, achados feitos sucessivamente nas ruas Coelho e Castro, Argemiro Bulcão e Sacadura Cabral levaram à escavação e consequente exposição de píeres, cais de atracação e fundações de um dos trapiches mais destacados da orla da Saúde, o Trapiche da Pedra do Sal.

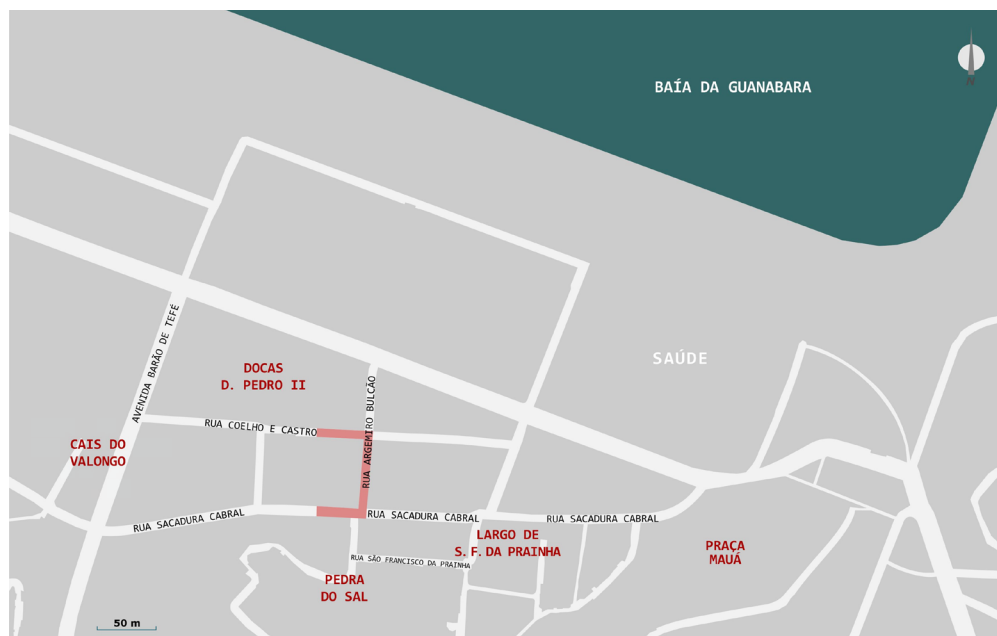


Figura 1 – Área de abrangência do Programa de Revitalização da Zona Portuária (Etapa 1). Em destaque, os trechos escavados nas ruas Coelho e Castro, Argemiro Bulcão e Sacadura Cabral, com remanescentes do Trapiche da Pedra do Sal. Fonte: Studio Soma.

Este artigo apresenta os resultados desse trabalho, à luz de uma contextualização histórica e social da área, com foco direcionado para a antiga Pedra da Prainha, posteriormente designada Pedra do Sal, a qual viria a nominar o referido trapiche. No final do século XVIII, a partir da transferência do mercado de escravos à época situado na principal área da cidade, na Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março), para a região remota do Valongo, formou-se, nas imediações da Pedra, um reduto da população negra urbana. Nele, africanos e seus descendentes – escravizados, libertos e livres – buscavam acolhimento, reunindo-se para encontros, festejos, capoeiras, batuques e práticas religiosas, sempre severamente reprimidos pela polícia.

O trapiche em questão, construído na primeira metade do século XIX a apenas 100 m de distância da efervescente Pedra do Sal e a cerca de 200 m do Cais do Valongo, por certo teve a população negra como mão de obra essencial para a realização das mais variadas atividades, encarregada que foi de toda a movimentação de cargas, à luz de um conceito mais amplo de estiva que abrangia as diversas modalidades do trabalho portuário. Essa presença africana, que possibilitou a expansão e a prosperidade dos trapiches do litoral norte da cidade, germe dos futuros trabalhadores portuários, está escassamente atestada no registro arqueológico através de alguns materiais relacionados às suas práticas espirituais, encontrados nas escavações. Em contrapartida a esses estivadores invisíveis e contrastando fortemente com eles, foram levantados no registro documental os diferentes administradores do trapiche da Pedra do Sal ao longo da segunda metade do século XIX, tanto proprietários quanto arrendatários, até ele ser absorvido pela Companhia Docas D. Pedro II, inaugurada em 1875. Seu armazém nº 5 privou o trapiche do contato com o mar, tornando inúteis seus píeres e cais de atracação, que acabaram aterrados. Parcialmente demolido no início do século XX, dele restaram, no subsolo, remanescentes de estruturas arquitetônicas e, também, da fé dos pretos que o sustentaram com seu trabalho. Esses resultados são apresentados neste artigo, aspirando contribuir para a preservação de parte da memória da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

ANTECEDENTES

As características físicas da Baía de Guanabara, com enseadas de águas calmas e bons ancoradouros, chamaram a atenção desde os primeiros séculos da colonização, pelas condições favoráveis que ofereciam para o embarque e

desembarque de mercadorias. Esses atributos naturais foram fundamentais para os rumos que a cidade do Rio de Janeiro tomaria nos séculos seguintes, orbitando em torno do seu porto. No período colonial, ele se tornou o maior da colônia,⁵ chegando a ser responsável, no século XIX, por 92% das exportações da produção nacional.⁶

No século XVIII, a necessidade de escoamento do ouro e diamantes das Minas Gerais, a expansão do tráfico de escravizados e a transferência da sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro, entre outros fatores, conferiram ao seu porto uma dimensão estratégica, aumentando consideravelmente o fluxo de embarcações na baía.⁷

No início do século XIX, a transferência da família real e da corte portuguesa para o Brasil causou profundas transformações na cidade, agora sede do Império. O repentino crescimento demográfico, a revogação dos monopólios coloniais e a abertura dos portos decuplicaram seu movimento. As novas circunstâncias fizeram aumentar exponencialmente a entrada de navios com grandes quantidades de mercadorias, saturando o principal cais de atracação, localizado no Terreiro do Carmo, em frente ao Paço Imperial (atual Praça XV de Novembro).⁸ O estrangulamento das operações exigia providências urgentes que agilizassem a importação e exportação de produtos e a organização do processo aduaneiro. Como medida emergencial, por ordem do Príncipe Regente em 18 de outubro de 1808, foi decidido que

os negociantes Inglezes possam baldear para os Portos, que melhor lhes convier, as fazendas e generos, que se acham a bordo dos navios fundeados neste Porto, e dos que entram para o futuro pagando os direitos de baldeação estabelecidos; e permite também que elles possam depositar em armazéns tomados por sua conta as mercadorias e generos que não couberem na Alfandega, ainda as que são de sello, ficando as chaves em poder dos Officiaes da mesma Alfandega na forma que requerem.⁹

Mais tarde, essa decisão se estendeu também a mercadorias de outros países. Contudo, outras providências se faziam urgentemente necessárias para o bom funcionamento da infraestrutura portuária. Foi então que o Príncipe Regente, em 21 de janeiro de 1809, decretou que:

5. Cf. Cruz (1999).

6. Cf. Fridman (1999).

7. Cf. Honorato e Mantuano (2015).

8. Cf. Cruz, op. cit.

9. Brasil (1891a, p. 55).

10. Brasil (1891b, p. 18).
11. Cf. Honorato (2019).
12. Cf. Pereira (2007).
13. Cf. Lima, Sene e Souza (2016).
14. Cf. Arquivo Nacional (1818-1830a).
15. *Ibid.*, p. 1.
16. *Ibid.*, p. 1.

Tendo consideração à grande falta que ha nesta Cidade, de armazens e trapiches, em que se recolham trigos, couros e outros generos; e constando-me que nas praias da Gamboa e Sacco do Alferes se podem construir : hei por bem ordenar que o Conselho da Fazenda, procedendo aos exames necessarios nas ditas praias, mande demarcar os terrenos que alli achar proprios para este fim : e que, fazendo publica esta minha determinação, haja de os aforar, ou arrendar a quem mais offerecer e possa em breve tempo principiar a edificar, passando-se aos arrendatarios os seus competentes titulos, e dando-me conta de tudo que a esse respeito obrar.¹⁰

Um importante estímulo para a ocupação dessa região já havia sido dado, em 1774, pelo Vice-Rei Marquês do Lavradio, ao determinar a transferência do mercado de africanos escravizados para a distante região do Valongo. O complexo implantado compreendia, além das lojas onde eram feitas as vendas,¹¹ um lazareto para o qual deveriam ser levados os africanos recém-chegados que estivessem enfermos, a fim de que cumprissem quarentena e fossem curados; um cemitério,¹² denominado Cemitério dos Pretos Novos, onde eram sepultados os que faleciam antes que pudessem ser vendidos ou aqueles que, tendo o navio já adentrado a Baía de Guanabara, sucumbiam em decorrência das duras condições da travessia atlântica; e um cais, formalmente construído apenas em 1811.¹³ A realocação de todo o complexo administrativo do tráfico para uma região à época isolada só fez aumentar o interesse pelo litoral norte da cidade.

No entanto, de acordo com o processo de aforamento de terras daquele trecho da orla,¹⁴ os anos passavam e a construção de armazéns e trapiches continuava aquém das necessidades. A falta de locais para armazenagem dos artigos que chegavam causava sérios transtornos, além do encarecimento dos alugueis dos poucos trapiches existentes.¹⁵ Somente ao final da década de 1810 e início dos anos 1820, foram intensificados os pedidos de aforamento daquelas terras realengas, encaminhados pelos próprios comerciantes. Entre eles, por exemplo, o de José Cardoso Nogueira, que pedia mercê para a construção, já começada, de quatorze armazéns próximos ao Valongo, para trigo e outros gêneros, em 1818.¹⁶

Ocorre que a praia do Valongo era separada da Prainha, a leste, por um prolongamento do Morro da Conceição, um afloramento de gnaiss facoidal que se estendia até o mar, configurando a chamada Pedra da Prainha. Sua localização constituía um entrave, não apenas por inviabilizar a circulação pela orla ao impedir a comunicação entre as duas praias (Figura 2), mas também por ocupar espaço considerável em uma área agora disputada, devido à demanda gerada pela crescente expansão urbana na região. Nessa nova circunstância, era imperativa a remoção de pelo menos parte da pedra, de modo a possibilitar a abertura de uma via litorânea.



Figura 2 – Trecho da *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Levantada por Ordem de sua Alteza o Príncipe Nosso Senhor, no anno de 1808, Imprensa Régia (1812). Nesse trecho, podem ser vistas as duas praias, separadas pela Pedra da Prainha – intacta –, além de pontos como os Armazéns do Sal, à esquerda, no sopé do Morro de São Bento, e os grandes trapiches da Ordem de São Francisco e de Antonio Leite, à direita. Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Sendo o gnaïsse uma rocha bastante resistente ao intemperismo e intensamente aproveitada para diversos fins,¹⁷ em especial obras em cantaria, a Pedra da Prainha vinha sendo explorada como pedreira. Contudo, alvos de uma ferrenha disputa entre José Francisco das Neves e Julião José de Oliveira, os trabalhos de extração foram embargados judicialmente em meados da década de 1810. Ocorre que Neves, arrendatário de Julião,¹⁸ explorava um pequeno trecho de quatorze braças (25,6 m) de frente para o mar, na praia do Valongo, há mais de trinta anos. Sua expectativa, terminada a extração da pedra e feita terraplenagem sobre o mar, era a de que receberia o título de posse do trecho correspondente àquela que deveria se tornar uma estrada na faixa litorânea, entendendo que Oliveira tinha usurpado o patrimônio régio na época em que as leis eram pouco rigorosas.¹⁹ Entretanto, Julião Oliveira, que, segundo Neves, exigia valores exorbitantes pelo arrendamento,²⁰ considerava-se dono da pedreira. Alegando que o terreno estava sob sua posse por herança de seu tio, o capitão Julião Antunes de França, procedeu ao embargo da exploração.²¹

Fato é que o trabalho de remoção parcial da pedreira, abertura e alinhamento do que era então chamado de estrada marítima, foi levado a cabo pelos próprios vassallos que pediam aforamento (Figura 3). Sob supervisão régia, cada um deveria arcar com os custos do aterramento de quarenta a cinquenta palmos à beira mar, correspondentes à propriedade requerida.²² Assim, além de

17. Cf. Mansur *et al.* (2008).

18. Arquivo Nacional (1818-1830a, p. 6).

19. Arquivo Nacional (1818-1830b, p. 11).

20. *Ibid.*, p. 12.

21. Arquivo Nacional (1818-1830a, p. 12).

22. Arquivo Nacional (1818, p. 8-9).

23. Cf. Berger (1974).

24. Cavalcanti (1878, p. 296).

25. Cf. Berger, op. cit.

conseguir que a estrada fosse construída para utilidade pública, a Coroa ainda aumentava as arrecadações da Décima Urbana pelos foros concedidos.

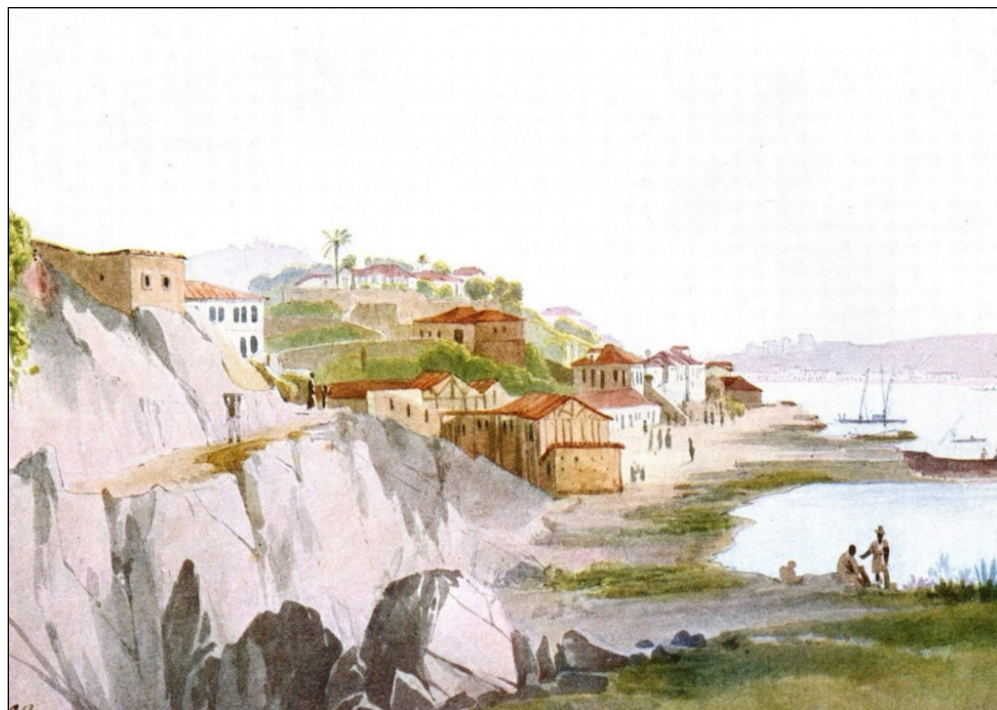


Figura 3 – Thomas Ender, *Cercanias de Val-Longo*, aquarela, 1817. Nela, vê-se o processo de quebra da Pedra da Prainha, liberando paulatinamente a orla, tendo negros como protagonistas. Dois conversam à beira d'água, enquanto outro sobe a pedreira carregando uma das pedras, já fraturadas, que se vê em primeiro plano. Compõem ainda a cena um adulto e uma criança, ao fundo. O trecho desobstruído pelo corte da pedreira corresponde ao local em que seria edificado, posteriormente, o Trapiche da Pedra do Sal. Fonte: Acervo Kupferstichkabinett da Akademie der bildenden Künste (Viena, Áustria).

Removido o entrave da pedra, essa empreitada culminou na abertura, em 1819,²³ da Rua Nova de São Francisco da Prainha, prolongamento da Rua de São Francisco da Prainha, ambas compondo a estrada marítima, agora liberada para circulação e instalação de armazéns, trapiches, oficinas artesanais e manufatureiras, etc. Segundo Cavalcanti, “chamou-se rua de S. Francisco da Prainha até a rua do Escorrega, Nova de S. Francisco da Prainha até a Praça Municipal, e Saúde d’ahi em diante”.²⁴ Posteriormente, em 1856, essas denominações foram reunidas sob a designação única de Rua da Saúde. Em 1922,²⁵ ela passou a ser chamada de Sacadura Cabral, denominação que mantém até hoje.

A PEDRA DO SAL

26. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 28 abr. 1821, p. 4.

27. Gerson (2000, p. 146-147).

O segmento remanescente da Pedra da Prainha passou a ser designado como Pedra do Sal. As razões dessa denominação são nebulosas e envoltas em lendas urbanas. Algumas são ingênuas, como a que entende que seu nome derivou da água do mar batendo sobre a pedra. A água, ao recuar e evaporar, a deixava coberta de sal. Segundo outras, era nela que os escravizados descarregavam o sal trazido em suas costas ou onde o colocavam para secar.

Certamente a origem mais remota desse nome está relacionada ao comércio do sal, por mais de 150 anos monopólio da Coroa, ferreamente controlado até 1801, quando foi finalmente abolido. No século XVIII, a administração do contrato desse produto, ou seja, sua entrada e venda, funcionava nos armazéns do Sal, no sopé do Morro de São Bento (Figura 2), relativamente distante da Pedra da Prainha. No entanto, com a abolição do estanco no início do século XIX, contratadores do sal passaram a comercializar livremente o produto, sem as antigas amarras.

O espaço liberado na orla com a retirada parcial do afloramento rochoso foi rapidamente aproveitado para a instalação de novos trapiches. Os quatorze estabelecimentos em construção, em 1818, por José Cardoso Nogueira, mencionados acima, destinavam-se ao embarque e desembarque de diversos gêneros, entre eles provavelmente o sal. Através de anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro*,²⁶ de 1821, é possível saber que esse produto era negociado em pelo menos três armazéns, situados entre a Pedra do Sal (já assim denominada a essa altura) e o Trapiche da Ordem de São Francisco, o maior e mais antigo da área. Foi possivelmente a intensidade desse comércio nas imediações que influenciou a nova denominação dada à rocha. Segundo Gerson, como nas suas redondezas se descarregava o sal, essa designação se popularizou.²⁷

A implantação do complexo de venda de escravizados no vizinho Valongo trouxe para a região um grande afluxo de africanos. Embora a esmagadora maioria tenha sido comercializada e se dispersado pelo país, muitos nela permaneceram temporariamente como mão de obra local, enquanto outros se fixaram definitivamente, acabando por formar, no entorno da Pedra do Sal e suas imediações, um reduto da população negra urbana, composta por escravizados, libertos e livres. Essa população foi encorpada ainda mais pela chamada “diáspora baiana”, um deslocamento maciço de negros oriundos da Bahia tendo como principal destino o Rio de Janeiro. Movimento iniciado após a Revolta dos Malês, em 1835, devido à violenta repressão policial que se seguiu em Salvador e à deportação de suspeitos de rebeldia, o êxodo foi intensificado na década de 1880, tendo a área portuária

28. INEPAC, 1987.

29. *Revue Commerciale Financière et Maritime*, 1885, p. 2.

30. Arquivo Nacional (1818, p. 3).

31. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 13 ago. 1817, p. 4, grifo nosso.

carioca como destino. Em busca de empregos, atraídos pelos aluguéis baratos e pela maior facilidade de obtenção de alforrias, os baianos engrossaram o contingente de africanos e afrodescendentes estabelecidos na Saúde. Mais tarde, na década de 1920, essa região viria a ser alcunhada por Heitor dos Prazeres como Pequena África, denominação que perdura até os dias atuais.

Configurando-se como um território de resistência negra, espaço de sociabilidade e de intensas práticas religiosas, nele proliferavam reuniões para batuques, candomblés, capoeiras e toda a sorte de festejos no entorno da Pedra do Sal, sempre fortemente reprimidos pela polícia. Sua relevância pode ser medida pelo tombamento do local como monumento histórico e religioso, em 1987, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)²⁸ e pelo reconhecimento, em 2005, da Comunidade Quilombola Pedra do Sal pela Fundação Palmares.

O TRAPICHE DA PEDRA DO SAL

No que diz respeito ao Trapiche da Pedra do Sal, há controvérsias quanto ao seu surgimento. É certo que foi edificado precisamente no local antes ocupado pela Pedra da Prainha, de modo que ele só pode ter sido construído após a retirada da parte do afloramento rochoso que impedia a circulação pela orla. Portanto, causa estranheza uma informação noticiada pelo jornal francês publicado no Brasil, *Revue Commerciale Financière et Maritime*, em 1885, na seção “Noticias historicas”. Em nota, o jornal diz que o Trapiche da Pedra do Sal “foi feito pelo contractador do sal, Luiz Antonio Ferreira, no tempo do Conde de Rezende”.²⁹ Sucede que, se a administração desse vice-rei foi de 1790 a 1801, e se, àquele tempo, conforme consta abundantemente no registro documental e iconográfico, a grande rocha estava intacta e ainda era denominada Pedra da Prainha, estamos diante de uma impossibilidade.

Da mesma forma, em processo de aforamento do terreno de José Maria Leal sobre a Pedra do Sal,³⁰ é mencionada, ainda em 1818, a existência do trapiche como mais antigo que essa data, quando a pedra ainda estava sendo demolida, o que permite supor se tratar também de um equívoco. Um comunicado feito na *Gazeta do Rio de Janeiro* diz que

a Escuna Nascimento vinda da Ilha do Faial [Portugal], pretende carregar para a mesma Ilha, quem quiser carregar na mesma dirigir-se ao seu Capitão João da Fonseca, em cima da pedra da Prainha ou a Manoel José da Costa, na rua da Quitanda, casa nº 35.³¹

Isso demonstra que, àquela altura, a pedra ainda se mantinha com a mesma denominação e que só poderia ter mudado após 1819, quando ela já tinha sido suficientemente quebrada para dar lugar à Rua Nova de São Francisco da Prainha e aos novos estabelecimentos nela implantados.

Em 1830, um outro anúncio³² faz alusão à existência do Trapiche da Pedra do Sal, só que agora em uma data factível. O anúncio comunica a fuga de um menino escravizado e pede para quem tiver notícias dele, que o remeta ao sobrado em frente ao referido trapiche.

Entre os anos de 1838 e 1876, a disponibilidade de diversos artigos foi anunciada no Trapiche da Pedra do Sal. Eram eles: pranchões de cedro, eriribá, canela, óleo, jacarandá, coçoeiras de canela;³³ açúcar, tábuas de diversos comprimentos, paus tortos e direitos;³⁴ velas de navios de toda qualidade (usadas), cabos, mangueiras, lona em pedaços para remendos e precintas, encerados de todos os tamanhos e grande variedade de bandeiras;³⁵ azeite;³⁶ duas peças de artilharia de patente, de calibre 9, com as suas competentes carretas;³⁷ aveia;³⁸ farinha de trigo;³⁹ milho, farelo;⁴⁰ arroz;⁴¹ fumo “velho” da Bahia de diversas marcas e qualidades;⁴² café,⁴³ banha,⁴⁴ cimento.⁴⁵ Alguns desses gêneros eram vendidos também em leilão – ou em perfeito estado, ou por terem sido avariados pela água do mar –, como milho e arroz. A ocorrência de anúncios de tantos tipos e formas de madeira e artigos náuticos sugere correspondência com o fato de funcionar um estaleiro na Pedra do Sal.⁴⁶ Lá ficavam fundeados bergantins, escunas, sumacas e patachos, os quais eram também leiloados e vendidos, pelo menos, desde 1822.⁴⁷ De fato, um regulamento baixado em 13 de dezembro de 1831, decorrente do expressivo aumento do comércio e das atividades portuárias, demarcava três ancoradouros no litoral para finalidades específicas. Um deles determinava que o trecho entre o Trapiche do Sal e o Valongo deveria ser reservado às naus à espera de cargas, ao que tudo indica normatizando uma prática já existente, o que ajuda a explicar essa diversidade de embarcações no local a essa época.⁴⁸

Portanto, somente após 1830⁴⁹ as fontes não deixam margem para dúvidas sobre a existência do Trapiche da Pedra do Sal. Inclusive, já como um trapiche alfandegado, ou seja, um armazém aduaneiro destinado a armazenar mercadorias importadas, o que significa que, desde a década anterior, ele certamente estava em funcionamento. Alguns artigos citados acima eram anunciados por sociedades como Cannell, Sotham & Co.⁵⁰ e Barker Campbell e Greenwood.⁵¹

Contudo, segundo Lamarão,⁵² o trapiche só teria sido construído por volta de 1840, por Manuel Fernandes da Silva. De fato, há uma correspondência entre o nome desse comerciante e o Trapiche da Pedra do Sal. No periódico Diário do

32. *Jornal do Commercio*, 3 mar. 1830, p. 4.

33. *O Despertador*, 7 nov. 1838, p. 4.

34. *O Sete d’Abril*, 9 nov. 1838, p. 2.

35. *O Despertador*, 15 jan. 1839, p. 3.

36. *O Despertador*, 2 set. 1841, p. 4.

37. *Jornal do Commercio*, 25 nov. 1847, p. 4.

38. *Jornal do Commercio*, 15 ago. 1852, p. 3.

39. *O Constitucional*, 6 fev. 1863, p. 4.

40. *Jornal do Commercio*, 5 jan. 1870, p. 2.

41. *Jornal do Commercio*, 6 mar. 1870, p. 2.

42. *Jornal da Tarde*, 7 ago. 1871, p. 4.

43. *Gazeta de Noticias*, 18 ago. 1875, p. 2; *O Tagarella*, 17 dez. 1880, p. 3.

44. *Gazeta de Noticias*, 24 mar. 1876, p. 3.

45. *Gazeta de Noticias*, 1 ago. 1876, p. 2.

46. *Gazeta Official do Império do Brasil*, 31 jul. 1848, p. 1.

47. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 29 jun. 1822, p. 4.

48. Cf. Fridman, op. cit.

49. *Correio Official*, 12 nov. 1834.

50. *O Sete d’Abril*, 2 mar. 1839, p. 4.

51. *O Despertador*, 2 abr. 1840, p. 4.

52. Lamarão (1991).

53. *Diário do Rio de Janeiro*, 4 jul. 1842, p. 2.

54. *Diário do Rio de Janeiro*, 5 nov. 1842, p. 1.

55. *Diário do Rio de Janeiro*, 28 nov. 1842, p. 1.

56. *O Despertador*, 29 jan. 1840, p. 4.

Rio de Janeiro, de 1842, há uma sucessão de comunicados que dizem respeito ao pedido de aforamento de terreno à beira mar por parte de Manuel Fernandes e seus familiares. O primeiro, de 4 de julho, diz ter sido aprovada

a opiniao do contador d'esta camara, sobre tirar Manuel Ferreira da Silva um titulo de terreno propriamente considerado marinhas, e outro das seis braças restantes para a rua S. Francisco da Prainha, fazendo-se a conta dos foros, segundo esta divisão.⁵³

O segundo, datado de 5 de novembro do mesmo ano, revela o falecimento do comerciante quando se mandou passar carta de aforamento

á D. Joanna Rosa da Silva e mais herdeiros do finado Manuel Fernandes da Silva, do terreno de marinha occupado pelo trapiche denominado da Pedra do Sal; sendo uma carta propriamente do terreno de marinha e outra do terreno do senhorio directo da Illm^o camara, occupado pelo dito trapiche; ficando os impetrantes obrigados ás condicções exaradas no termo da nova medição, á que se procedeo em 28 de julho proximo passado, ao pagamento dos foros arbitrados e á satisfação dos já vencidos.⁵⁴

O terceiro comunicado, de 28 de novembro seguinte,⁵⁵ ratifica, enfim, a aprovação do aforamento de 48 palmos (cerca de 11 m) de frente do terreno de marinhas, na Rua de São Francisco da Prainha, à viúva e demais herdeiros do finado, com foro anual de Rs 14\$700.

Cronologicamente, entretanto, um outro nome associado ao Trapiche da Pedra do Sal antecede o de Manuel Ferreira da Silva nas fontes consultadas. No ano de 1840, foi publicado um comunicado em *O Despertador*,⁵⁶ assinado por José de Araújo Rangel, informando que a “mudança de nome do trapiche da Pedra do Sal para o de Rangel, como fez ver pelos jornaes, não tem lugar, por circumstancias que ocorrerão, e por isso continua com a mesma denominação”. Esse anúncio atesta que, em 1840, a denominação Trapiche da Pedra do Sal já estava bem consolidada, e que Rangel, não tendo conseguido transferi-lo para o seu próprio nome, preferiu mantê-lo tal como antes. O que mostra que ele seria de fato mais antigo que 1840, ao contrário do que supôs Lamarão. Como será discutido a seguir, José de Araújo Rangel aparece como proprietário do trapiche no período de 1848 a 1856.

A concomitância da atribuição do estabelecimento a duas pessoas distintas, no mesmo período, permite duas suposições: o terreno seria de Manoel Ferreira da Silva e herdeiros, conforme aprovação de aforamento que lhe foi

concedida, e Rangel seria seu arrendatário. Outra possibilidade é que a documentação, a qual não faz menção à numeração, esteja se referindo a dois terrenos distintos, porém adjacentes, tendo em vista que o estabelecimento ocupou mais que um lote, como se verá adiante.

O traçado da sucessão dos administradores do trapiche da Pedra do Sal, bem como seu endereço, foi possível a partir das publicações do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ao longo da segunda metade do século XIX. O primeiro resultado obtido remonta a 1848,⁵⁷ e nele figura José de Araújo Rangel como proprietário do trapiche, à Rua Nova de São Francisco da Prainha, nº 24. Essa configuração se manteve até 1852,⁵⁸ quando ocorreu uma pequena alteração no endereço: do nº 24 ele passou para o nº 22 da mesma rua, o que reforça a convicção de que o estabelecimento ocupou lotes distintos e adjacentes, confirmada pelo registro arqueológico, como mostraremos adiante. A posse do estabelecimento continuou a mesma, porém foram apresentados novos nomes, como o do administrador Joaquim José dos Santos Bandeira e do arrendatário Francisco da Rocha Miranda. Essa composição se manteve até 1854,⁵⁹ quando o trapiche mudou mais uma vez de endereço, dessa vez para o nº 20. Deve ser observado que se trata todo o tempo de lotes contíguos, correspondendo provavelmente à expansão do estabelecimento. José de Araújo Rangel continuou sendo o proprietário; no entanto, o administrador e arrendatário passou a ser João de Araújo Rangel, em sociedade com Antonio Francisco Guimarães Pinheiro. Os anos de 1855 e 1856⁶⁰ são os derradeiros em que José de Araújo Rangel aparece como proprietário do trapiche. E se nesse último, mantiveram-se João de Araújo Rangel como administrador e arrendatário e Antonio Francisco Guimarães Pinheiro como seu sócio, o endereço apresentou importante alteração. Nesse ano, a rua mudou seu nome para Rua da Saúde, já que as ruas de São Francisco da Prainha, Nova de São Francisco da Prainha e a da Saúde foram unificadas. Em razão da reestruturação urbana, a numeração do trapiche tornou a mudar, com o estabelecimento ocupando os lotes da Rua da Saúde, nº 76 e nº 78. De 1856 até 1863, seu endereço se manteve na Rua da Saúde, nº 76. Pelo livro da *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro*,⁶¹ foi possível constatar que o nº 78 foi incorporado ao nº 76, não sendo mais necessário mencioná-lo nos anúncios.

A partir de 1857, o novo proprietário passou a ser João de Araújo Rangel⁶² – provavelmente filho de José –, e Antonio Francisco Guimarães Pinheiro tornou-se seu administrador e arrendatário.⁶³ Ocorre que, em 1858, foi anunciado no jornal *O Parahyba*⁶⁴ que a Companhia de Navegação a Vapor e a Vela Macahé e Campos comprou o Trapiche da Pedra do Sal. O *Almanak* também

57. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1848, p. 405.

58. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1852, p. 470.

59. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1854, p. 502.

60. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1856, p. 594.

61. Cavalcanti, op. cit.

62. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1857, p. 500.

63. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1858, p. 610.

64. *O Parahyba*, 28 nov. 1858, p. 1.

65. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1859, p. 214-215.

66. *A Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*, 11 jun. 1863, p. 3.

67. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1865*, 1865, p. 188.

68. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1866, p. 579.

69. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1870, p. 608.

mencionou, em pequena matéria de 1859,⁶⁵ essa empresa como proprietária. Contudo, trata-se de informação bem pontual: nas listas do *Almanak*, até 1863, quem permaneceu como proprietário do trapiche foi João de Araújo Rangel. A situação sugere que o que pode ter sido chamado de posse foi, na verdade, um arrendamento, até que, nesse mesmo ano,⁶⁶ João Rangel renunciou à sua posição de administrador (Figura 4).

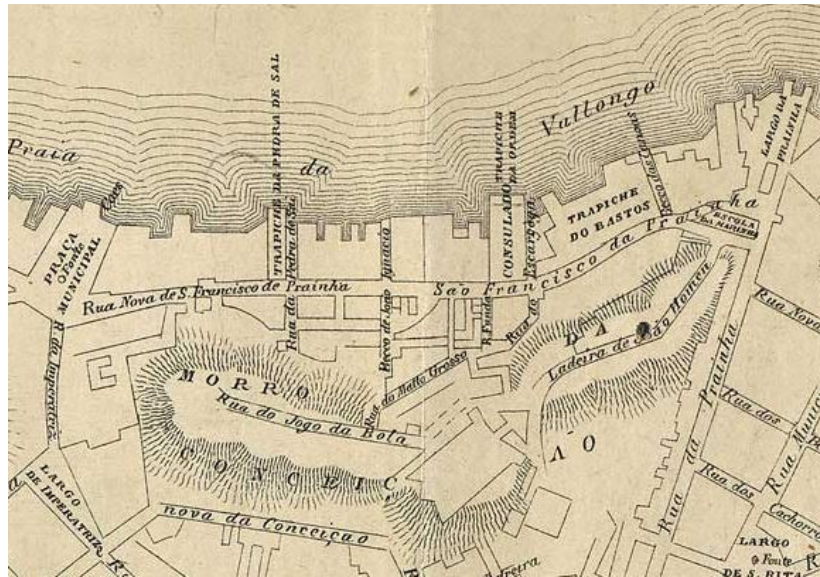


Figura 4 – *Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro*, A. M. Mc Kinney e Roberto Leeder (1858). Nele, vê-se a então Rua São Francisco da Prainha, seguida pela Rua Nova de São Francisco da Prainha que foi aberta após a demolição da pedra; a orla tomada por trapiches, destacando-se o da Pedra do Sal, junto à rua de mesmo nome, encostando no grande afloramento rochoso do Morro da Conceição. À esquerda, a Praça Municipal, onde fora implantado o Cais do Valongo, em 1811, substituído pelo Cais da Imperatriz, em 1843; e, no outro extremo, o Largo da Prainha (atual Praça Mauá). Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Entre 1864 e 1865, o trapiche teve uma curta administração por Joaquim Ribeiro da Fonseca Silveiras, sob a fiscalização do agente Agostinho José Pereira Landim.⁶⁷ Não à toa, em meio à Guerra do Paraguai, o ramo portuário teve expressiva expansão. Pelo porto eram enviados insumos e equipamentos para as tropas, além do transporte dos próprios combatentes. Acompanhando esse crescimento, o trapiche da Pedra do Sal, em 1866,⁶⁸ parece ter se expandido pelos lotes vizinhos, abrangendo do nº 76 ao nº 82 da Rua da Saúde. Seu proprietário nesse momento era Veríssimo Alves Barboza, tendo como arrendatário e administrador Francisco Antonio de Faria, e como agente, Agostinho José Pereira Landim. Veríssimo figura explicitamente como proprietário do negócio no *Almanak* até 1870.⁶⁹ A partir desse ano, o periódico divulgou apenas o nome dos

arrendatários: de 1871 a 1873, José Cardozo Dantas e seu administrador, Fernandes Luiz Motta;⁷⁰ de 1874 a 1877, Candido Soares de Mello.

De 1868 até 1874, o endereço do trapiche da Pedra do Sal ficou sendo Rua da Saúde nº 80.⁷¹ Após essa última data, ocorreu o grande reajuste da numeração da cidade do Rio de Janeiro, adequando e tornando inteligíveis as novas configurações urbanas. Sendo assim, o nº 80 passou a ser o nº 52.⁷² Porém, o último endereço do qual temos conhecimento, entre 1875 e 1877, é Rua da Saúde, nº 50,⁷³ correspondendo aos nº 76 e 78 da numeração antiga.

Apesar de não ser discriminada no *Almanak*, é conhecida a identidade do proprietário do trapiche da Pedra do Sal nos primeiros anos da década de 1870, o que talvez explique o endereço, fixado então no nº 80: foi nesse período que a Companhia Docas D. Pedro II adquiriu não só o trapiche da Pedra do Sal como muitos outros estabelecimentos nos lotes vizinhos, instalando em frente a eles o monumental Armazém nº 5, sede da empresa.

Empreendimento revolucionário, destinado a modernizar as atividades portuárias, o referido armazém era parte de um grandioso projeto, muito mais abrangente, de autoria do engenheiro negro André Rebouças. Concebido à luz do modelo das docas inglesas, a partir de observações feitas por ele em viagem à Inglaterra,⁷⁴ ele envolvia a articulação de uma estação marítima com a Estrada de Ferro D. Pedro II, para dar agilidade ao transporte de mercadorias, e uma rede de grandes armazéns, além de estaleiros e diques para reparo de embarcações. De caráter privado, feito em associação com uma empresa de navegação inglesa, foi desenvolvido com o beneplácito do imperador, que autorizou o uso do seu nome no Armazém nº 5, denominado Docas D. Pedro II. Em 1874, ainda em construção, a hegemonia da Companhia já era visível, estando sob seu domínio os seguintes lotes da nova numeração da Rua da Saúde: 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 68, 70, 72, 74, 76, 78 e 80, apenas interrompida pelos nº 64 e 66, de posse de Manoel Antonio Ferreira Portas.⁷⁵ O prédio foi concluído em 1875, e, na sua construção, André Rebouças, ferrenho abolicionista, proibiu a utilização de mão de obra escravizada.

As dificuldades encontradas por Rebouças para viabilizar o restante do projeto acabaram por deitá-lo por terra. De tal forma que do seu ambicioso plano restou apenas o prédio das Docas D. Pedro II (Figura 5), que, a partir da república, passou a ser designado como Docas Nacionais. O edifício monumental condenou à morte os trapiches do trecho entre a Praça Municipal e a Rua da Pedra do Sal, que, perdendo o acesso ao mar, ficaram reduzidos à função de armazenagem.

70. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1871, p. 599.

71. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1874, p. 774.

72. Cavalcanti, op. cit.

73. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1875, p. 836.

74. Lamarão, op. cit.

75. Cavalcanti, op. cit.

76. Uma descrição mais minuciosa dos remanescentes do Trapiche da Pedra do Sal pode ser vista nos relatórios encaminhados à Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro (LIMA, 2011a e 2011b).

No ano de 1880, o Trapiche da Pedra do Sal ainda aparece nas listas do *Almanak* como pertencente à Companhia Docas D. Pedro II, porém seu endereço não é divulgado. A última notícia encontrada sobre ele diz respeito a um roubo de grande quantidade de manteiga ocorrido em 1909, porém da mesma forma sem referência ao seu endereço.

Com a construção do Porto do Rio de Janeiro, no início do século XX, que determinou o aterramento e a retificação de toda a orla do litoral norte, os trapiches saíram definitivamente de cena, caindo na obsolescência e no esquecimento.



Figura 5 – O monumental Edifício das Docas D. Pedro II, em sua feição atual. Fonte: Blog Por amor às cidades.

AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Seguindo a metodologia utilizada habitualmente em nossas investigações, o registro arqueológico foi tratado de forma independente das fontes documentais. A pesquisa de campo foi desenvolvida sem que tivéssemos qualquer conhecimento prévio a respeito dos achados, exceto o que se sabia em linhas gerais sobre a área de estudo, tendo sido eles interpretados basicamente a partir da sua materialidade. Somente *a posteriori* foram levantados os dados textuais expostos acima, para serem confrontados com o que foi encontrado no terreno,⁷⁶ tendo surgido, desse confronto, a interpretação apresentada neste artigo.

Rua Coelho e Castro: descrição e análise dos achados

Durante a abertura de uma frente de trabalho na Rua Coelho e Castro, a cerca de 100 m do Cais do Valongo, foi encontrada uma pedra lavrada com 1,50 × 0,90 m, a 0,45 m de profundidade, sugerindo a presença de algo relevante no subsolo. A área de escavação foi expandida e aprofundada, revelando uma estrutura alongada, em alvenaria de pedra. Situada em frente ao nº 44, na esquina com a Rua Argemiro Bulcão, ela foi identificada como um píer, construção que avança pelo mar, perpendicular ou obliquamente a um cais, para atracação de embarcações, por um ou ambos os lados (Figuras 6a a 6d).

O píer

O segmento exposto, que se encontrava destruído na sua extremidade posterior, mediu 8,30 m de extensão por 1,50 m de largura, tendo sido escavado até uma profundidade de 2,20 m, sem que sua base tivesse sido alcançada, em função do afloramento do lençol freático. Sua extensão total não pôde ser estimada, posto que ele avançava sobre o que atualmente é uma área murada do edifício das Docas D. Pedro II, a qual não foi possível adentrar.

Esse píer apresentou claramente duas etapas de construção. A inferior, mais antiga, foi executada em alvenaria de pedras lamelares arrumadas, com predominância de blocos de dimensões semelhantes, assentadas a seco, com utilização escassa de argamassa de cal proveniente do tritramento de conchas, areia provavelmente de praia, sem argila. Trata-se de alvenaria fabricada para oferecer facilidade de percolação de água no seu interior, com resistência regular ao desgaste superficial. A presença de um esteio remanescente e de um provável barrote em sua lateral voltada para o Cais do Valongo permite supor que aí foi colocado um tabuado (Figura 7).

A segunda etapa, superior, foi executada em alvenaria de pedra arrumada e dimensões variadas, assentada com argamassa de cal proveniente do tritramento de conchas, areia provavelmente de praia, associada a argila, além de elementos intrusivos. A argamassa dessa etapa não apresenta características de resistência, tendo sido utilizada somente como berço para assentamento dos grandes blocos de pedra que encimam a estrutura. Esses blocos receberam tratamento de cantaria, e sua face trabalhada foi voltada para fora, com pequenas juntas, oferecendo excelente resistência ao desgaste superficial. Na lateral voltada para o Cais de

Valongo, as superfícies de argamassa existentes entre os elementos pétreos de maior dimensão foram preenchidas com pedriscos. Como parede ciclópica, estava apta a receber todos os tipos de esforços estruturais, inclusive grandes impactos laterais. Por sua vez, a face lateral voltada para a rua Argemiro Bulcão apresentava um acabamento em pedra de cantaria com pequenas juntas entre os blocos, feito para ser visto, contrastando com o da lateral oposta. Alguns blocos da parte superior desse píer foram removidos em momento anterior para a passagem de tubulações.



Figura 6 – Sequência da exposição progressiva do píer de alvenaria de pedra na Rua Coelho e Castro: (a) a rua antes do começo dos trabalhos; (b) início da escavação progressiva da estrutura; (c) o píer, visto da sua extremidade anterior; (d) o píer exposto, parcialmente imerso no lençol freático, destruído nas suas extremidades por obras anteriores. Fotos: Andrea Jundi.



Figura 7 – O píer de alvenaria de pedra exposto com as escavações (lateral voltada para a Avenida Barão de Tefé). No nível inferior, observa-se a primeira etapa, bem como o esteio de madeira que provavelmente sustentava um tabuado à época. Foto: Sílvia Puccioni.

O segundo píer

Com a expansão lateral da escavação foi encontrado um segundo píer, unido ao primeiro pela extremidade anterior, porém se estendendo obliquamente em direção à Rua Argemiro Bulcão. Medindo 8,0 m de extensão x 1,75 m de largura, este píer foi construído com alvenaria de pedra arrumada de dimensões variadas, assentada com argamassa de cal hidratada, possivelmente associada a cimento, e areia de granulometria variada. A profundidade escavada chegou a 1,10 m, mas não foi possível alcançar a base, em função do afloramento do lençol freático (Figura 8). A argamassa de assentamento dos grandes blocos de pedra apresentou características de elevada resistência. Ambas as faces receberam tratamento de regularização do respaldo, sem existência de vazios entre as pedras, oferecendo excelente resistência ao desgaste superficial. Na face posterior, voltada para o píer 1, foi observado um grande bloco de ancoragem, além de outros de menor dimensão, indicando o propósito de ampliação dessa estrutura. Essa

alvenaria possuía alta resistência. Mais recente do que o outro píer, como atesta a presença de cimento na argamassa utilizada, ele foi destruído na sua extremidade posterior, em intervenção anterior, para a passagem de tubulações.



Figura 8 – O píer 2, oblíquo em relação ao cais e mais recente do que o píer 1, que se encontra logo atrás. À direita, o monumental Edifício das Docas D. Pedro II, que bloqueou o acesso dos trapiches ao mar. Foto: Andrea Jundi.

O cais

Os trabalhos prosseguiram com a expansão do local escavado, com a finalidade de visualizar o píer 1 e outras estruturas porventura a ele associadas. Foram feitos três cortes sucessivos: o corte I, em frente aos nº 44 e 42, medindo 15,30 x 4,30 m; o corte IA, em frente ao nº 40, medindo 7,10 x 2,20 m; e o corte II, em frente ao nº 38, medindo 6,10 x 2,40 m, que foram posteriormente unificados. Foi encontrada uma sequência de oito blocos de pedras lavradas com dimensões variáveis (entre 1,20 e 2,30 x 0,90 m), compondo uma cantaria de atracação. Por se tratar de estrutura simétrica, é possível perceber que um desses blocos foi retirado em momento anterior, para a implantação de dois poços de

visita (PVs) – um de esgoto e outro de drenagem pluvial –, assim como parece ter sido removida a escada lateral esquerda, contraparte da que aparece no lado direito, com quatro degraus, que davam acesso ao piso da atracação (Figura 9).



Figura 9 – O cais exposto pelas escavações: 1) cantaria de atracação; 2) estrutura de apoio; 3) murtas transversais; 4) fundações dos edifícios do trapiche, parcialmente expostas. Foto: Studio Soma.

Sobre a cantaria de atracação foram colocados dois argolões de metal para amarração, com 0,22 m de diâmetro, a 2,0 m de distância de cada extremidade, tendo sido a da esquerda apenas estimada, por espelhamento, em virtude de ter sido destruída para a implantação dos PVs. Além deles, no 5º e 6º blocos lavrados (da esquerda para a direita), foi feito um rebaixo com 95 cm de largura, centralizado a partir da junção desses dois blocos. Podem ser vistos na sua porção posterior remanescentes de três ferragens de amarração, e, na anterior, um recorte retangular, feito provavelmente para receber também ferragens. No frontispício, na junção de dois blocos, foi recortado um semicírculo com 0,32 m de diâmetro, de finalidade desconhecida (Figuras 10a a 10e).

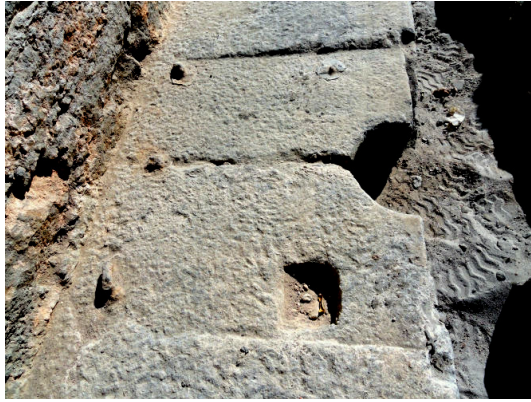


Figura 10 – Detalhes da cantaria de atracação: (a) e (b) rebaixo no bloco central (perfil e frente) com remanescentes de ferragens e recortes; (c) quatro degraus laterais de acesso ao cais de atracação; (d) e (e) argolões de metal para amarração encontrados na cantaria do cais, a 11 m de distância um do outro. Fotos: Andrea Jundi.

Além da cantaria de atracação, foi exposta pelas escavações uma estrutura de apoio que serviu como berço para descarga de mercadorias mais pesadas. Em alvenaria de pedra arrumada, medindo 11,60 × 3,10 m, com predominância de blocos de maiores dimensões, ela foi assentada com argamassa de cal proveniente do tritamento de conchas, areia provavelmente de praia e argila. Nessa alvenaria foram previstos dois trechos reforçados com dois grandes blocos de pedra, medindo o da esquerda 3,0 × 0,65 × 0,30 m, e o da direita 1,60 m, com uma projeção de mais 0,50 m, totalizando 2,10 × 0,54 × 0,25 m. Esses berços estão próximos às argolas de atracação das embarcações.

Por ser muito longa, essa estrutura de apoio foi modulada com três conjuntos de elementos de alvenaria transversais compondo muretas, de grande inércia, para evitar o deslocamento horizontal (flambagem) da estrutura de atracação. A mureta da esquerda, superposta por um poste condutor de energia, não pôde ser escavada. A mureta central foi reforçada com duas alvenarias horizontais em pedra de mão (pisos), uma de cada lado, compondo um conjunto estrutural destinado a assegurar a contenção do cais principal. A mureta da direita confinava o conjunto da estrutura de apoio. Tratava-se da mesma forma de alvenaria de pedra arrumada, assentada com argamassa de cal e argila, fabricada para oferecer resistência ao desgaste superficial através do preenchimento, com pedriscos, das superfícies existentes entre os elementos pétreos de maior dimensão.

Entre as muretas ainda puderam ser vistos os remanescentes de uma estrutura de barroteamento de piso, em madeira, com as seguintes características: uma série de esteios, dos quais nove remanescentes (cinco à esquerda e quatro à direita) funcionavam como suportes para barrotes dispostos longitudinalmente. Acima deles foram alinhados barrotes transversais, com um espaçamento variando de 0,40 a 0,50 m, que se apoiavam sobre a mureta de alvenaria. Sobre esses barrotes transversais corria um tabuado de madeira disposto longitudinalmente ao cais (Figuras 11 a 14).

Provavelmente essa área era coberta, à época, para proteção das mercadorias e dos envolvidos nas atividades do cais. Cada atracadouro estava associado a uma escada que dava acesso direto à plataforma de blocos lavrados. Essa estrutura se prolongou aparentemente em direção aos edifícios que existem hoje em dia no local, ocupados por armazéns, cujas fundações em alvenaria de pedra foram parcialmente expostas pelas escavações.



Figuras 11 a 14 – Alguns dos esteios remanescentes que serviram como suporte para o barroteamento do piso de tabuado do trapiche. Foram encontrados nove no total, sem guardar alinhamento entre si. Esses esteios estavam recobertos por grande quantidade de telhas fragmentadas, sugerindo que o telhado desabou sobre a estrutura. Fotos: Andrea Jundi.

A área de transição

Efetivamente, logo em seguida à estrutura do cais, foi observado um espaço onde os alicerces foram interrompidos, para serem retomados logo adiante. Esse espaço, que mediu 4,10 m, foi considerado uma área de transição que separava dois trapiches distintos, um correspondendo ao que é hoje o n° 40 e outro, ao n° 38. Nesse intervalo, a escavação expôs uma estrutura robusta, um bloco

retangular de alvenaria, sugerindo se tratar de uma base de apoio para um equipamento de porte, destinado possivelmente a içar cargas (Figura 15).



Figura 15 – A área de transição entre os trapiches, com bloco retangular de alvenaria robusta, uma possível base de apoio para o equipamento destinado a içar cargas. Foto: Studio Soma.

Os trapiches

Logo em seguida à área de transição, foram encontrados alicerces de alvenaria de pedra referentes a duas edificações distintas, uma correspondendo precisamente ao que hoje é o nº 40 da Rua Coelho e Castro e outra, ao nº 38. Esses alicerces se estenderam ao longo de 16,30 m. Recuados respectivamente 1,80 m e 1,60 m em relação à linha do cais, eles parecem ter correspondido a dois trapiches distintos, à época, tendo sido designados, para fins de reconhecimento, como o trapiche 1 e o trapiche 2.

O trapiche 1 (Rua Coelho e Castro, nº 40, com frente para a Rua Sacadura Cabral, nº 128)

Desse trapiche foi possível expor um alicerce em alvenaria de pedra arrumada, com predominância de blocos de grandes dimensões, calçados por pedras menores, sem caracterização de granulometria. As pedras foram assentadas com argamassa de cal proveniente do tritramento de conchas, areia provavelmente de praia e significativa quantidade de argila. O alicerce apresentou-se contínuo, sendo constituído do mesmo material. Foi observada, a 4,60 m do seu começo, uma interrupção das alvenarias do embasamento da edificação, possivelmente para passagem de tubulação de esgotamento de águas servidas no mar.

Sobre o alicerce de alvenaria de pedra de maior dimensão, encontrava-se assentada a fundação da edificação. A alvenaria do alicerce apresentou uma distância significativa das paredes estruturais que a compunham, entre o respaldo do alicerce e a base da parede, possivelmente para permitir o trânsito de pedestres sobre ela, funcionando como um espaço de circulação. A alvenaria das paredes estruturais da edificação era constituída por pedras arrumadas, com predominância de blocos de maiores dimensões, de granulometria descontínua, assentada com argamassa de cal proveniente do tritramento de conchas, areia provavelmente de praia e argila. Na extremidade esquerda, mais próxima do cais, blocos de grandes dimensões amarravam a extremidade do alicerce. No mesmo alinhamento das paredes estruturais, na parte voltada para o cais, havia um piso reforçado, cuja frente era abaulada (Figura 16).



Figura 16 – Os alicerces de alvenaria de pedra do trapiche 1, em frente ao atual nº 40 da Rua Coelho e Castro. À esquerda, a seta aponta um elemento de força engastado na parede, provavelmente para maquinário destinado a içar cargas, seguido, na extrema esquerda, de um piso reforçado com a frente arredondada. Foto: Studio Soma.

O trapiche 2 (Rua Coelho e Castro, n° 38, com frente para a Rua Sacadura Cabral n° 130)

Em seguida ao trapiche 1, foi observado um alicerce em alvenaria de pedra arrumada, com predominância de blocos de grandes dimensões, calçados por pedras menores de tamanhos variados. As pedras foram assentadas com argamassa de cal proveniente do tritramento de conchas, areia provavelmente de praia e argila. A alvenaria do alicerce era constituída do mesmo material. Observou-se, a 4,80 m do seu começo e a 0,40 m dos grandes blocos de amarração da extremidade direita do alicerce, uma descontinuidade das alvenarias do embasamento, possivelmente para passagem de tubulação de esgotamento de águas servidas no mar. Sobre o alicerce de alvenaria de pedra de maior dimensão foram assentadas as bases das paredes da edificação. O embasamento apresentou uma distância significativa entre o respaldo do alicerce e a base da parede, possivelmente para permitir o trânsito de pedestres sobre esse espaço (Figura 17).

A alvenaria das paredes era constituída por pedras arrumadas, com predominância de blocos de tamanho médio, assentada com argamassa de cal proveniente do tritramento de conchas, areia provavelmente de praia e argila. As superfícies de argamassa existentes entre os elementos pétreos de maior dimensão foram tratadas para oferecer boa resistência ao desgaste superficial.

Cumpre destacar que as alvenarias de ambos os trapiches foram interrompidas, em momento anterior, para implantação de um poste de sustentação da rede de energia elétrica. Esse equipamento determinou uma solução de continuidade na estrutura, inviabilizando a leitura do que ocorreu no trapiche 1 (ver Figura 13, tendo o poste como referência).

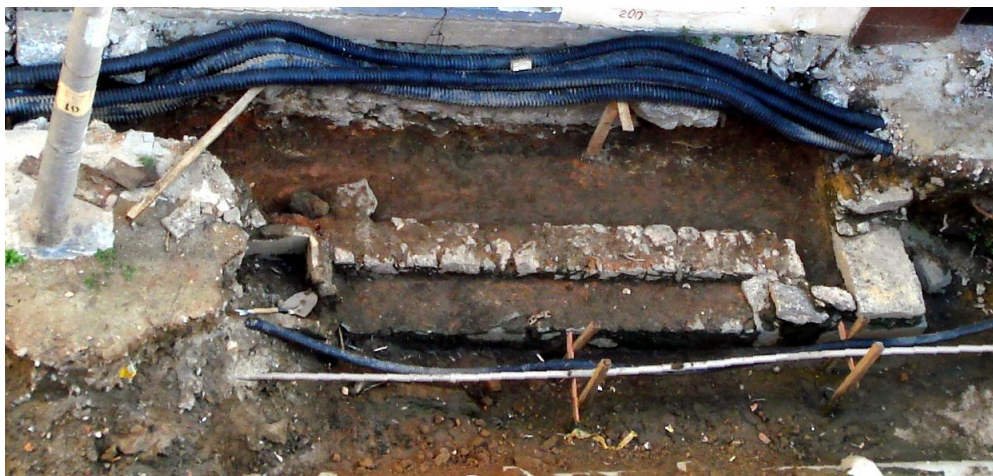


Figura 17 – Os alicerces de alvenaria de pedra do trapiche 2, em frente ao atual n° 38 da Rua Coelho e Castro. À direita, elemento de força engastado na parede, provavelmente para maquinário destinado a içar cargas. Foto: Studio Soma.

O terceiro píer

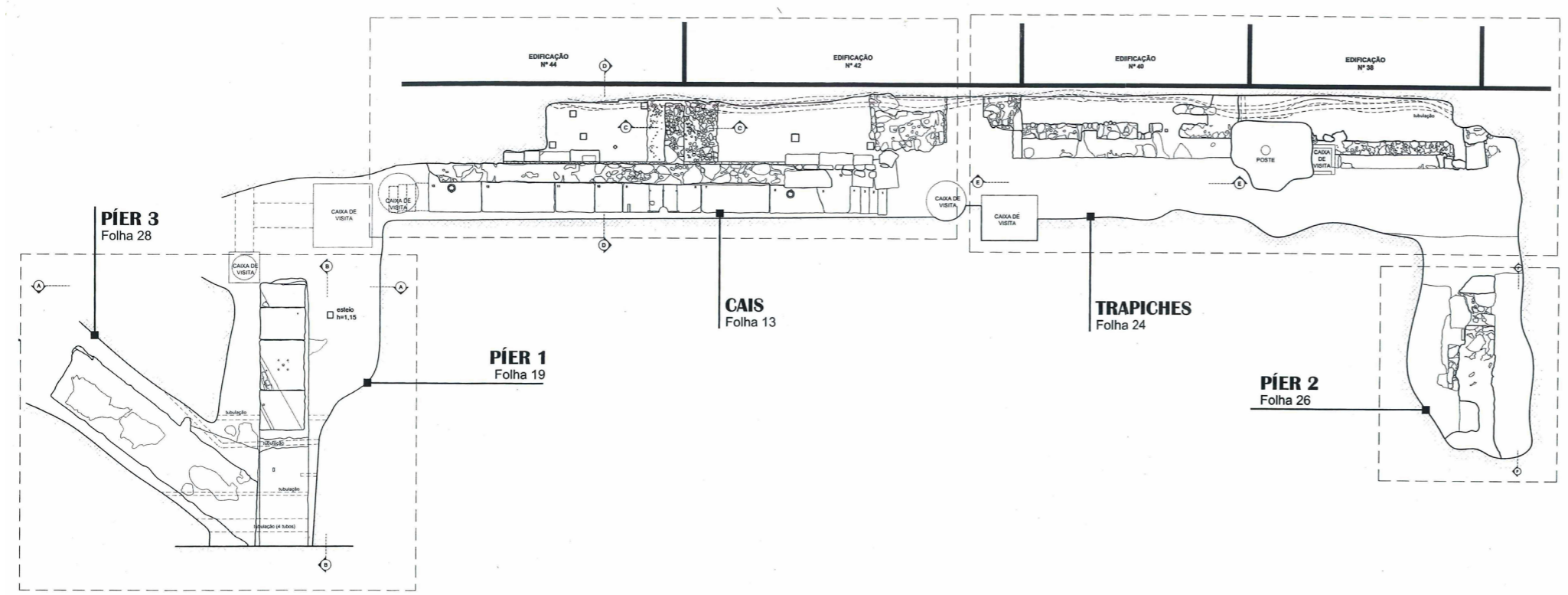
Associada ao trapiche 2, foi encontrada uma estrutura alongada, em alvenaria de pedra, localizada perpendicularmente à extremidade do alicerce de pedra arrumada, configurando um terceiro píer. O segmento escavado, destruído nas duas extremidades e em más condições de conservação, mediu cerca de 4 m de extensão por 1,80 m de largura na parte inferior, e entre 1,15 e 0,98 m no topo, tendo sido exposto até uma profundidade de 2,20 m, sem que sua base tenha sido alcançada, em decorrência do afloramento do lençol freático (Figura 18).

Passados os dutos subterrâneos, o píer principal, preservado, foi recoberto com tela tapume e protegido por uma camada de areia (Figura 19). As demais estruturas, devidamente interpretadas (Figuras 21 a 23), foram recobertas, sendo a Rua Coelho e Castro recomposta e novamente asfaltada (Figura 24).



Figura 18 – O píer 3, em parte desmantelado. Foto: Andrea Jundi.

Figura 19 – O píer principal, sinalizado por tela tapume e protegido por uma camada de areia, e a rua novamente asfaltada. Foto: Andrea Jundi.



1 PLANTA BAIXA
ESC 1:100

Figuras 20 e 21 – Fotomontagem da planta baixa das estruturas do Trapiche da Pedra do Sal, encontradas nas escavações arqueológicas na Rua Coelho e Castro. Escala: 1/50. Fonte: Studio Soma.

Figura 22 – Rua Coelho e Castro, escavações arqueológicas em andamento. (1) O primeiro píer encontrado; (2) o segundo píer, oblíquo, ainda em processo de escavação; (3) poços de visita recentes; (4) cais de atracação; (5) estrutura de apoio; (6) esteios remanescentes de tabuados; (7) área de transição; (8) trapiche 1; (9) trapiche 2; (10) terceiro píer. À direita, o edifício monumental das Docas D. Pedro II que bloqueou o acesso dos trapiches ao mar. Ao fundo, o Cais do Valongo. Fonte: Studio Soma.



Figura 23 – Rua Coelho e Castro, escavações arqueológicas em andamento. Vista do ângulo oposto ao da foto anterior. (1) O primeiro píer encontrado; (2) o segundo píer, oblíquo, ainda em processo de escavação; (3) poços de visita recentes; (4) cais de atracação; (5) estrutura de apoio; (6) esteios remanescentes de tabuados. Fonte: Studio Soma.





Figura 24 – Findas as intervenções, a Rua Coelho e Castro novamente asfaltada. À direita, o grandioso Armazém nº 5. Foto: Andrea Jundi.

RUA ARGEMIRO BULCÃO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS ACHADOS

No final do mesmo mês de maio, foi monitorada uma abertura para passagem de grandes dutos corrugados no trecho da Rua Argemiro Bulcão, situado entre as ruas Coelho e Castro e Sacadura Cabral. No leito da rua, a 0,70 m de profundidade, foi encontrada uma laje de concreto e, abaixo dela, a 1,20 m, um segmento de alicerce em alvenaria de pedra, mais uma vez sugerindo a existência de uma estrutura relevante no local. Para a sua exposição foi seguido o mesmo procedimento adotado na Rua Coelho e Castro, no caso, a expansão e o aprofundamento do corte, com vistas a investigar a continuidade do alicerce encontrado. Prolongando-se a escavação – sempre no leito da rua – em direção à Rua Sacadura Cabral, agora sob a forma de uma trincheira com 3,50 m de largura em média, foi constatada a continuidade da alvenaria, na verdade um robusto respaldo, bem como foram encontradas pedras lavradas, de diferentes dimensões, porém apenas em parte organizadas sequencialmente, confirmando que existiu ali uma edificação.

Em mapas e plantas que representam a cidade do Rio de Janeiro no século XIX aparece com destaque o Trapiche da Pedra do Sal, precisamente nesse trecho em que hoje se localiza a Rua Argemiro Bulcão, antigo Beco do Sal ou Beco da Pedra do Sal. Edificação estreita e alongada, ela se estendia desde o mar (atual

Rua Coelho e Castro) até a Rua Nova de São Francisco da Prainha (hoje Rua Sacadura Cabral). Efetivamente, com o avanço das escavações, foram encontrados os remanescentes da lateral de um edifício ao longo de cerca de 41 m, de esquina a esquina, cujas características correspondiam às de um trapiche. Não foi possível determinar sua extensão precisa, em decorrência de várias intervenções de infraestrutura urbana feitas em momentos anteriores nas duas extremidades da edificação, ocasionando sua destruição.

As escavações recuperaram alicerces de alvenaria de pedra correspondentes à parede estrutural, com 0,86 m de largura, e aos respaldos externo e interno da fachada lateral do trapiche, construído diretamente sobre a areia da antiga Prainha (Figuras 25 a 33). Estes apresentaram dimensões variáveis ao longo da estrutura: progressivamente mais largos em direção ao mar, ou seja, à Rua Coelho e Castro, e afunilando na direção oposta, da Rua Sacadura Cabral. Na parte mais larga foi encontrado um barrote com 2,25 m de extensão, provável remanescente de um tabuado. Foram reconhecidas duas etapas de construção distintas, tratando-se a segunda, provavelmente, de uma reforma feita na porção anterior da edificação, mais próxima à Rua Sacadura Cabral, possivelmente ao final do século XIX.



Figura 25 – Comprovadamente, o Trapiche da Pedra do Sal foi construído sobre a areia branca da antiga Prainha, como mostra o respaldo (ambos no mesmo nível). Foto: Andrea Jundi.

A alvenaria da primeira etapa

As alvenarias dos alicerces da primeira etapa (Figuras 26 e 27) apresentaram características de boa resistência, tendo sido utilizadas provavelmente para suporte de paredes estruturais de altura significativa, hipótese corroborada pelas grandes dimensões dos alicerces. Elas funcionavam possivelmente como berço de apoio para descarga de mercadorias mais pesadas. As paredes eram robustas, e, na alvenaria subjacente, foram encontrados nichos destinados provavelmente à instalação de peças de equipamentos utilizados nas atividades do trapiche.

O alicerce da construção apresentou-se contínuo e heterogêneo, sendo constituído de pedra arrumada de dimensões muito diversas, assentada com argamassa de cal proveniente do tritramento de grande quantidade de conchas, associada ao uso de cal mineral hidratada, areia de granulometria descontínua e argila. Foi observada a utilização frequente de blocos de pedra de grandes dimensões.

Sobre os alicerces foram assentadas as bases das paredes estruturais da edificação. Sua alvenaria era constituída por pedras arrumadas, de características semelhantes àquelas dos alicerces, tendo sido confeccionada, porém, com maior apuro técnico. Foi criteriosamente assentada com argamassa de cal proveniente do tritramento de grande quantidade de conchas, associada ao uso de cal mineral hidratada e areia, além de argila e elementos intrusivos, como carvões. A argamassa dessa etapa apresenta características de alta resistência, tendo sido provavelmente utilizada para construção de paredes estruturais de altura considerável. As superfícies de argamassa existentes entre os elementos pétreos de maior dimensão foram cuidadosamente preenchidas por pequenas pedras lamelares. Essa alvenaria possuía alta resistência à compressão e à tração.

A alvenaria da segunda etapa

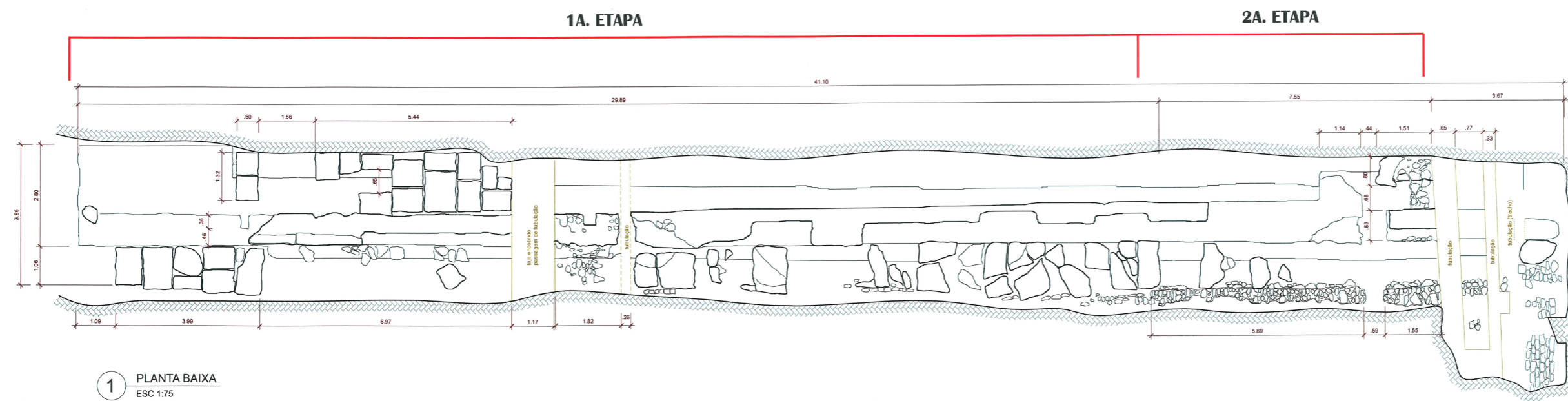
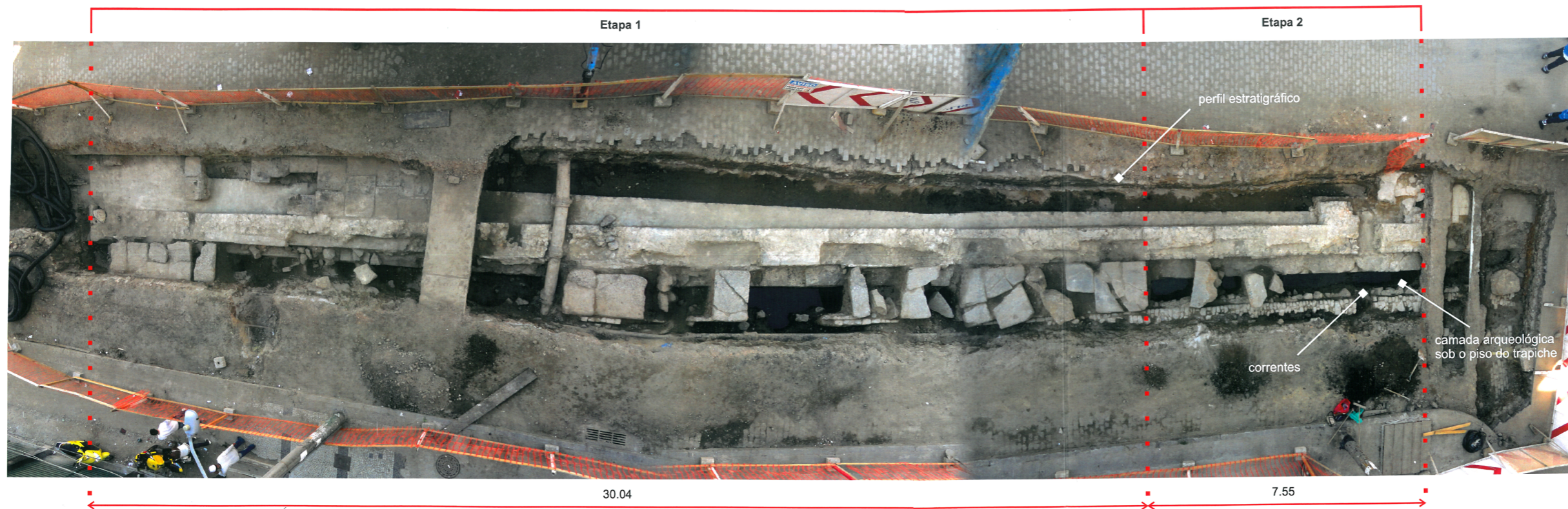
Na porção anterior da edificação ocorreram, em algum momento, alterações no seu arcabouço estrutural, provavelmente ao final do século XIX (Figuras 26 e 27). Sobre a base da parede estrutural original, foi criado um vão de grandes dimensões onde anteriormente se encontravam dois vãos de janelas, para possibilitar a entrada de cargas de grande porte. Justaposto ao vão, sobre o alicerce original, foi construído um plinto de alvenaria ciclópica possivelmente com a função de suporte para equipamento de suspensão de cargas. As pedras foram assentadas sem maiores cuidados, com argamassa fraca de cal mineral hidratada, areia, argila e pouquíssimas

conchas trituradas utilizadas como material inerte na mistura. A alvenaria dessa etapa foi interrompida em decorrência da instalação da manilha que a atravessava.

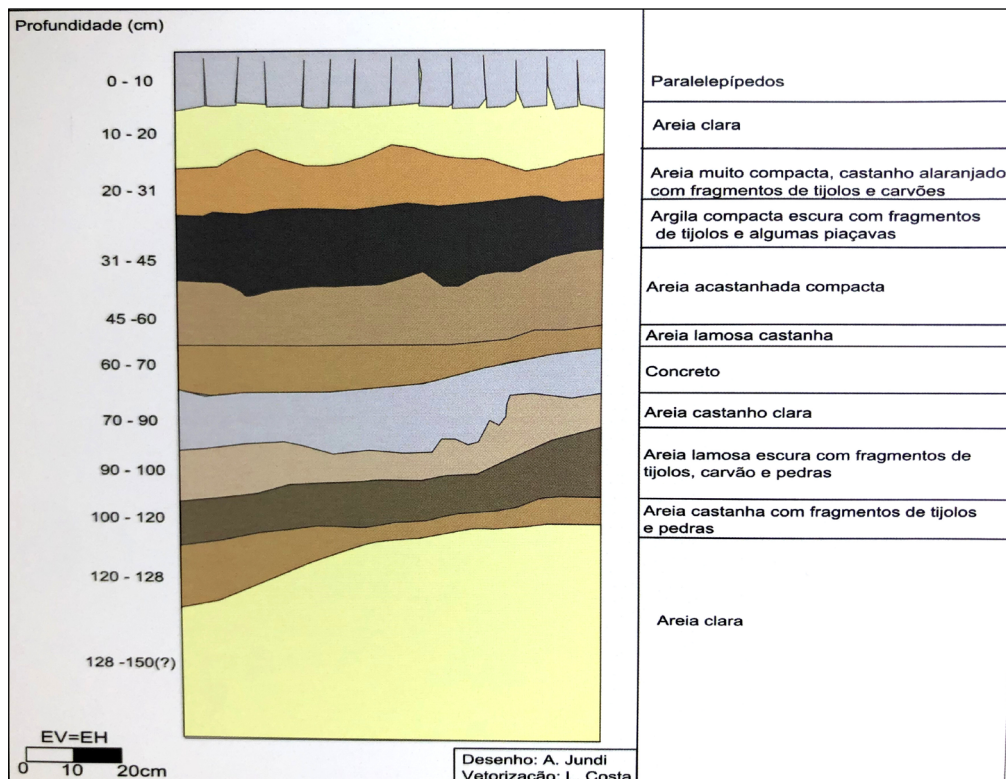
Na parte posterior, foi encontrado um segmento de barroto a um metro de profundidade, medindo 2,50 m de extensão e 0,25 m de largura. Possivelmente essa peça integrou um conjunto estrutural composto por esteios e barrotes para sustentação de um tabuado para circulação de pessoas e mercadorias.

Na extremidade anterior do trapiche, a parede estrutural foi integralmente reconstruída, utilizando o mesmo tipo de alvenaria do segmento acima descrito, o que sugere que esses trabalhos foram executados à mesma época. Foi exposto ainda parte do piso interno do trapiche, feito de grandes blocos de pedra e de paralelos irregulares, mostrando que essa construção avançou sobre o calçamento do Beco da Pedra do Sal.

Embora suas extremidades tenham sido destruídas em momentos anteriores para a passagem de redes subterrâneas, o que inviabilizava sua interligação com as estruturas encontradas na Rua Coelho e Castro, ficou evidente, àquela altura, que o cais de atracação e os dois píeres encontrados em frente aos edifícios de nº 44 e 42 foram parte desse mesmo trapiche.



Figuras 26 e 27 – Fotomontagem e planta baixa da fachada lateral do Trapiche da Pedra do Sal, encontrada nas escavações arqueológicas na Rua Argemiro Bulcão. Fonte: Studio Soma.



Figuras 28 e 29 – O perfil estratigráfico obtido na Rua Argemiro Bulcão. Foto: Andrea Jundi. Vetorização: Lucas Araújo Costa.



Figura 30 – Parede estrutural do trapiche. Foto: Andrea Jundi.



Figura 31 – Nicho para engaste de peça para elevação de cargas até a altura da soleira da porta. Foto: Andrea Jundi.

Figura 32 – Reforço da alvenaria dos pilares com uma linha de pedras para nivelamento e contenção de esforços transversais dos maciços murários, devido à grande dimensão desta edificação. Foto: Andrea Jundi.



Figura 33 – Plinto de alvenaria ciclópica, com função de base para equipamento de içamento de cargas. Foto: Andrea Jundi.



O BECO DA PEDRA DO SAL

As escavações feitas no cruzamento da Rua Argemiro Bulcão com a Rua Sacadura Cabral expuseram os remanescentes de diferentes calçamentos de pedra em uma área de aproximadamente 8,0 m de extensão e 3,0 m de largura, danificados por intervenções anteriores (Figura 34). A 0,68 m de profundidade, foram encontrados paralelos recobrimdo um trecho de cerca de 2,0 m x 1,80 m, bem em frente à Rua Argemiro Bulcão. Ao final dos paralelos e em um nível inferior, a 0,93 m de profundidade, foi exposta uma sequência de longas pedras retangulares, com medidas entre 1,50 m x 0,42 m e 1,10 m x 0,44 m. Elas caracterizaram um calçamento inferior e mais antigo que o dos paralelos (Figura 35), ocupando uma área de cerca de 2,40 m x 1,30 m. Esse calçamento era composto por dois segmentos, o primeiro com seis pedras e o segundo com três, este último se estendendo sob outro calçamento, composto de pedras arredondadas e paralelos, que foi designado como piso misto. Esse piso se encontrava pouco acima, a 0,87 m de profundidade, estendendo-se por aproximadamente 4 m de comprimento x 1,90 m de largura máxima (Figura 34). A escavação em direção à Pedra do Sal foi ampliada, avançando pela Rua Sacadura Cabral, porém apenas uma pequena fileira de paralelos do piso misto prosseguia naquele sentido, danificado por intervenções mais antigas. Estes foram diferentes calçamentos que, em momentos distintos, recobriram o Beco do Sal ou Beco da Pedra do Sal.



Figura 34 – Os diferentes calçamentos do Beco da Pedra do Sal: a sequência inferior de longas pedras retangulares, mais antiga; o trecho de paralelos, à direita; e, à esquerda, o que foi designado como piso misto, com paralelos e pedras arredondadas. Foto: Andrea Jundi.

Figura 35 – Ao fundo, o calçamento inferior de pedras retangulares alongadas, e, por cima dele, o calçamento misto de paralelos e pedras arredondadas irregulares na extremidade da Rua Argemiro Bulcão, próxima à Rua Sacadura Cabral. A foto mostra claramente como a ampliação do trapiche foi feita sobre o leito do Beco da Pedra do Sal, chegando mesmo a aproveitar alguns dos seus paralelos no calçamento interno do edifício. Foto: Andrea Jundi.



RUA SACADURA CABRAL: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS ACHADOS

No mês de outubro seguinte, as escavações que vinham sendo feitas na Rua Sacadura Cabral para instalação de novas redes de águas pluviais e de esgotamento sanitário, chegaram à esquina com a Rua Argemiro Bulcão. A 1,0 m de profundidade, foram encontrados blocos rochosos argamassados, mais uma vez sugerindo a existência de estruturas relevantes no subsolo. A expansão das escavações mostrou se tratar de alicerces de uma edificação, medindo 4 m de extensão, porém interrompidos nas extremidades para instalação de dois PVs. Sua localização não deixou dúvidas de que se tratava de parte da fachada lateral do Trapiche da Pedra do Sal, chegando à junção com a fachada dianteira, comprovada inclusive pela presença de um cunhal arredondado na edificação, típico do século XIX, no encontro das duas ruas. As escavações nessa frente de trabalho foram realizadas entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012, expondo parte dos alicerces das paredes dianteira, lateral e internas da edificação.

Entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012, prosseguiram as escavações ao longo da Rua Sacadura Cabral, prolongando aquelas feitas na esquina com a Rua Argemiro Bulcão, agora no sentido da Avenida Barão de Tefé, em frente aos atuais nº 120, 122 e 126. No mapa de autoria do engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin, de 1900 (Figura 36), utilizado como referência na pesquisa realizada ao longo de toda a antiga Rua da Saúde,⁷⁷ essa numeração correspondia aos lotes de nº 68 e 70, ocupados pelo Trapiche da Pedra do Sal. As evidências materiais encontradas tanto na Rua Coelho e Castro quanto na Rua Sacadura Cabral atestaram que esse trapiche ocupou ambos os lotes à época, ao longo da quadra, com frente para a Rua Sacadura Cabral, lateral para a Rua Argemiro Bulcão e fundos para o mar, transformados, posteriormente ao aterro, na Rua Coelho e Castro (Figura 36).



Figura 36 – Trecho do mapa de autoria do engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin, feito para a Companhia Docas do Rio de Janeiro/Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, em 1900. Nele, vê-se os edifícios dos antigos trapiches entre a Praça Municipal, onde ficava o antigo Cais do Valongo, e o Beco do Sal, bloqueados pelas Docas Nacionais, além da Rua Coelho e Castro já existente. O círculo assinala os lotes nº 68 e 70, ocupados na segunda metade do século XIX pelo Trapiche da Pedra do Sal, ao lado do Beco do Sal. Observa-se que, em 1900, não foram assinalados seus proprietários. Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (BR RJANRIO 4Q.O.MAP. 21. FRONTIN, A).

A aproximadamente 1,50 m de distância do calçamento de piso misto do Beco da Pedra do Sal, foram encontrados os alicerces da parede lateral esquerda da edificação do lote nº 68, e, justapostos a ele, remanescentes das fundações da ampliação dessa edificação, que avançou sobre o Beco do Sal (Figura 37). Somados,

mediram 1,50 m de largura x 5,50 m de comprimento no trecho escavado. Os da ampliação apresentaram uma alvenaria consideravelmente danificada, em contraste com a do edifício original, bem preservada. No encontro dos dois alicerces, foi observada a intrusão de algumas pedras da fundação da ampliação do edifício no interior do alicerce do lote nº 68, o que confirma que este era mais antigo.



Figura 37 – À direita, o alicerce do lote nº 68, bem preservado. À esquerda, remanescentes da fundação feita para a ampliação do edifício do Trapiche da Pedra do Sal, que avançou sobre o Beco do Sal. Foto: Andrea Jundi.

A alvenaria do lote nº 68 foi feita com pedra arrumada de diferentes dimensões, com predominância de blocos de tamanhos médios, assentada com argamassa de cor amarelada, composta de cal proveniente do trituração de conchas, associada ao uso de cal mineral hidratada, areia de granulometria descontínua e elementos intrusivos, como torrões de argila. Foi observado que, na soleira do vão de grandes dimensões desse edifício, a argamassa foi enriquecida com maior teor de conchas trituradas, o que lhe conferiu mais resistência. As alvenarias estruturais foram fabricadas para oferecer boa resistência à compressão e moderada resistência a esforços de tração, sendo seu melhor desempenho como parede ciclópica, apta a receber esforços uniformemente distribuídos.

Foi identificado, no canto direito do remanescente dessa parede, o cunhal curvilíneo da edificação, típico do século XIX (Figura 38). Essa característica atesta que ela se encontrava na extremidade do quarteirão à época de sua construção, junto ao antigo beco da Pedra do Sal, antes da ampliação.



Figura 38 – Adjacentes aos antigos calçamentos do Beco da Pedra do Sal, podem ser vistos os alicerces da fachada lateral e dianteira do lote nº 68, bem como o cunhal curvilíneo (assinalado com uma seta) que atesta sua localização em uma esquina, antes da ampliação. Foto: Andrea Jundi.

O alicerce da fachada dianteira dos lotes nº 68 e 70, considerados como um único e mesmo estabelecimento, mediu 31 m de comprimento e 1,30 m de largura. Ele foi evidenciado na sua totalidade, a partir do achado da sua extremidade, na junção com o alicerce lateral direito. A análise das argamassas coletadas em frente aos atuais nº 120, 122 e 126 (antigos lotes nº 68 e 70) apontou as mesmas características para todas as amostras, confirmando que se trata de uma única edificação, erguida com um mesmo sistema construtivo (Figuras 39 e 40). Apenas a que foi coletada em frente ao nº 120 (lote nº 68) apresentou um teor mais elevado de aglomerante, como assinalado, confirmando o local do vão de entrada. Foi observada marca de dinamite na base dessa parede dianteira, em local próximo à parede lateral, o que a insere cronologicamente no último quartel do século XIX em diante, permitindo supor que pode ter ocorrido uma reforma no edifício ao final daquele século.

Da leitura da geometria dos remanescentes dessa parede, é possível deduzir que se tratava, originalmente, de uma fachada constituída por pelo menos um grande vão para possibilitar a entrada de cargas de grandes dimensões. O local desse vão, que mediu 4,0 m, pode ser identificado pela existência de dois trechos que restaram da estrutura da parede, onde possivelmente se encaixavam as suas ombreiras (Figura 39).



Figura 39 – Delimitação do vão de 4,0 m de extensão para entrada de cargas de grandes dimensões. Foto: Andrea Jundi.

Em frente ao final do nº 126 (lote nº 70), foi encontrado o alicerce de fundação à esquerda da edificação, perpendicular à Rua Sacadura Cabral, medindo 6,0 m de extensão no trecho escavado e 1,80 m de largura, demarcando seu limite. A 2,80 m de distância do meio-fio da calçada, foi encontrado um barrote a 0,50 m de profundidade, medindo 1,66 m de extensão. Apenas um alicerce de parede interna foi identificado, a aproximadamente 20 m de distância do início da parede lateral direita e em frente ao nº 122 (lote nº 70), com largura entre 1,20 m e 1,50 m, a 1,20 m de profundidade.

Foi observada a presença de respaldo, tanto externo quanto interno, apenas em determinados trechos (Figuras 40 e 41).



Figuras 40 e 41 – Alicerces da fachada do Trapiche da Pedra do Sal: paredes dianteiras e internas dos lotes nº 68 e 70. Fotos: Andrea Jundi.

Feitos os registros e medições dos achados na Rua Sacadura Cabral, as tubulações foram passadas e as áreas escavadas foram aterradas em março de 2012, encerrando-se os trabalhos.

A pesquisa arqueológica realizada no Trapiche da Pedra do Sal se inscreve na chamada arqueologia portuária. Essa especialidade estuda, segundo Camargo,

[o] abandono ou perda de importância de portos antigos bem como suas reformas ou a construção de modernas estruturas segregadas, evidenciando avanços ou retrocessos na linha de costa e a concentração ou dispersão de atividades de controle das mercadorias [...], [revelando] relações [...] políticas e econômicas que, muitas vezes, são deliberadamente escondidas ou parecem demasiado insignificantes para ganhar a atenção das pessoas.⁷⁸

Seu objetivo último é a “compreensão desses vestígios de paisagens antigas no processo de determinação das estruturas de poder ao longo do tempo”.⁷⁹

Com relevantes antecedentes no Brasil, especialmente em São Paulo, foram pioneiros dessa arqueologia portuária trabalhos realizados na década de 1990, como o programa desenvolvido no Vale do Ribeira por Scatamacchia e colaboradores;⁸⁰ em Cananeia por Camargo;⁸¹ em Santos por Maximino;⁸² mais recentemente, em Paranaguá por Zanettini;⁸³ no Espírito Santo, por Machado e

78. Camargo (2017b, p. 288-289).

79. *Ibid.*, p. 289.

80. Scatamacchia (2003) e Rambelli (2003).

81. Camargo (2009).

82. Maximino (1997).

83. Zanettini (2010).

84. Machado e Camargo (2012).

85. Camargo (2017a).

86. Cf. Lima, Sene e Souza, (2016).

87. Cf. Lima (2013).

88. Narciso (2016).

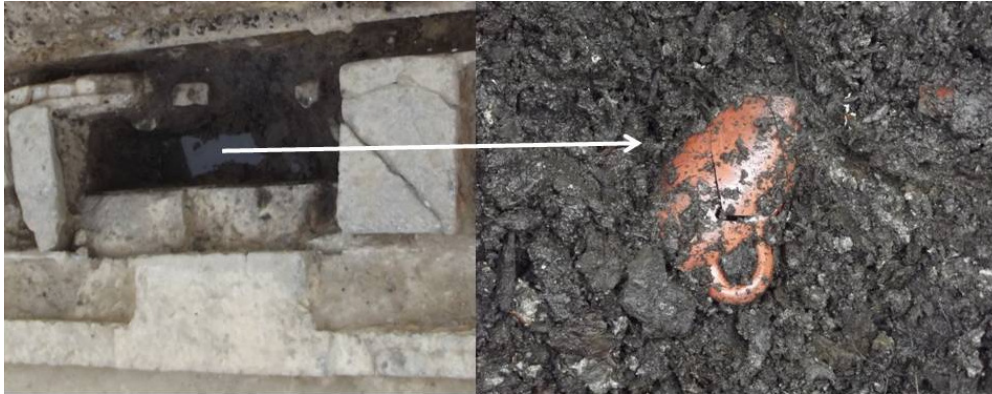
Camargo,⁸⁴ em Aracaju por Camargo⁸⁵ entre outros. Na Zona Portuária do Rio de Janeiro, além do Cais do Valongo⁸⁶ e da escavação dos alicerces das fachadas e parte dianteira dos edifícios de 41 trapiches,⁸⁷ entre eles o Trapiche da Pedra do Sal aqui apresentado, Narciso⁸⁸ defendeu, em sua dissertação de mestrado, um alentado estudo sobre outro trapiche de grande relevância na área, o de Antonio Leite. Todos esses trabalhos constituem contribuições que vêm encorpando a produção de informação e de conhecimento sobre antigas estruturas e estabelecimentos nas áreas portuárias brasileiras.

As pequenas coisas recuperadas

Os restos dos objetos e alimentos utilizados na vida cotidiana dos trapiches e de moradores das imediações apareceram concentrados em bolsões e acumulados em interfícios de estruturas arquitetônicas na frente e na lateral da edificação, quase sempre entre 0,90 m e 1,40 m de profundidade, já próximos ao lençol freático (Figuras 42 e 43). Foram recuperados muitos ossos de animais, garrafas de vidro, vasilhames de grés, fragmentos cerâmicos simples e vidrados, fragmentos de faianças finas sem decoração e também decoradas (todos do século XIX), bem como materiais construtivos, tais como madeiras em estado avançado de decomposição, além de fragmentos de telhas e tijolos. Trata-se de materiais carreados pela chuva e por outros agentes de transporte, acumulados aleatoriamente aqui e ali, que não podem ser atribuídos a nenhuma edificação nem a moradores em particular. Em bolsões muito úmidos e ricos em matérias orgânicas foram observados amontoados de fibras de piaçava (*Attalea funífera*), que ocorrem em toda a região nos níveis mais profundos, muito frequentes em áreas portuárias.

No cais de atracação e junto aos píeres, nos fundos do trapiche, além dos itens descritos acima, foram encontrados correntes, objetos de ferro como pregos, cravos, fragmentos de panelas, ferro de engomar, sola de sapato, faianças portuguesas, raros fragmentos de porcelana oriental, assim como de parques azulejos, além de valvas de moluscos. Tratava-se de local de descarte, decorrente do costume de se atirar na água toda sorte de coisas inservíveis. Já na lateral do edifício, além do que foi arrolado, foram recuperadas correntes e uma âncora de pequeno porte.

Todos esses materiais constituem uma amostra do que era utilizado no dia a dia do trapiche e de pessoas comuns à época, os quais são abundantemente recuperados em escavações realizadas em sítios arqueológicos oitocentistas. Bem conhecidos, não serão descritos em detalhe neste artigo.



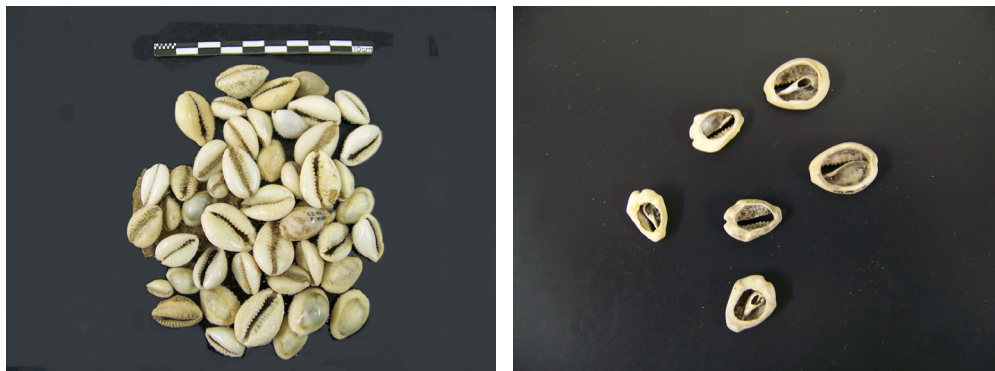
Figuras 42 e 43 – Área alagada, de grande fertilidade arqueológica, com muita matéria orgânica e objetos do século XIX. Fotos: Andrea Jundi.

Contudo, se a tralha doméstica dos segmentos livres recuperada no trapiche se mostrou copiosa e descontextualizada, os materiais atribuídos aos africanos escravizados e seus descendentes, por outro lado, foram escassos, porém muito bem contextualizados, o que propicia uma interpretação mais segura desses achados.

Nas estruturas da Rua Coelho e Castro foram encontradas cerca de sessenta valvas de búzios (*Monetaria moneta*), a maior parte delas concentrada no trapiche 1, entre 0,90 m e 1,35 m de profundidade; no trapiche 2, entre 1,10 m e 1,30 m; e algumas poucas na plataforma de embarque do cais de atracação.

Essa espécie de molusco não ocorre no Brasil e é onipresente tanto no universo profano quanto sagrado dos africanos. Suas valvas, utilizadas na África como moeda corrente, são colocadas como adereços em vestimentas, máscaras, instrumentos musicais e, mais particularmente, em objetos devocionais, simbolizando força, sabedoria e poder. Nas religiões afro-brasileiras, os búzios integram, com destaque, rituais de iniciação e assentamento dos orixás.

O fato de terem sido encontradas valvas não apenas íntegras – “fechadas” –, mas também “abertas”, ou seja, com a protuberância dorsal cortada (Figuras 44 e 45), permite supor o exercício da prática divinatória do Ifá já no século XIX. Surgida entre os iorubá da Nigéria e trazida para o Brasil na circunstância da diáspora, é conhecida vulgarmente como o “jogo dos búzios”. Orunmilá, o orixá da sabedoria e da adivinhação que rege o destino das pessoas, coadjuvado por Exu, o mensageiro dos deuses, transmite a quem faz a consulta ao oráculo os desejos e as orientações das entidades, através desse sistema de comunicação. Seus porta-vozes são os babalaôs, sacerdotes do culto ou “aqueles que possuem o segredo”, além dos babalorixás e ialorixás.



Figuras 44 e 45 – Valvas de *Monetaria moneta*, vulgarmente conhecidas como búzios, encontradas em sua maioria no cais de atracação e algumas poucas junto ao píer 3. Embora a maior parte estivesse íntegra (A), algumas tiveram a protuberância da região dorsal cortadas (B), sugerindo a prática divinatória do ritual do Ifá. Fotos: Tania Andrade Lima.

Em linhas gerais, embora apresente variantes, os búzios são lançados pelos sacerdotes sobre um suporte, tal como um prato, uma bandeja ou uma mesa. Através da leitura de como eles caem, com a face ventral voltada para cima ou para baixo, abertos ou fechados, é possível dizer qual orixá preside o lançamento e protege o consulente, bem como responder às perguntas que foram encaminhadas. Através dos búzios, as entidades falam, expressando suas vontades e mandando recados. É inequívoco, portanto, em face da presença de valvas abertas nas estruturas escavadas, que estavam sendo feitas consultas ao oráculo do Ifá pelos pretos que trabalhavam na área do trapiche.

Na Rua Sacadura Cabral, na confluência com a Rua Argemiro Bulcão, foram encontradas concentrações de seixos, tanto no interior de um dos alicerces quanto adjacentes a ele, porém do lado de fora. A meio caminho entre ambas, foi depositada uma moeda datada de 1868. Esses achados estavam nos níveis mais profundos, entre 1,20 m e 1,50 m (Figura 46).



89. Lima e Ribeiro Junior (2021, p. 214).

90. Lima e Ribeiro Junior, op.cit.

Figura 46 – Alicerces na esquina do antigo Beco da Pedra do Sal (atual Rua Argemiro Bulcão) e da Rua da Saúde (atual Rua Sacadura Cabral) e os achados associados: (1) concentração de seixos; (2) miniaturas de potes; (3) moeda datada de 1868; (4) e (5) concentração de seixos. Foto: Andrea Jundi.

Como demonstrado em publicação anterior sobre outros achados nas imediações do Trapiche da Pedra do Sal, na Rua São Francisco da Prainha,

A colocação de seixos [...] nos alicerces dessas construções, em cantos e em espaços liminares, não foi de forma alguma aleatória. Foi deliberada, intencional, seguindo um mesmo padrão observado em outros sítios [...], tratando-se portanto de uma prática espiritual corrente entre escravizados.⁸⁹

Se lá surgiu a dúvida de que as centenas de seixos encontrados no local poderiam corresponder a um depósito natural por se tratar de uma antiga praia, aqui sequer é possível levantar essa possibilidade. Lá, análises feitas em 663 clastos pelo Prof. Renato Rodriguez Cabral Ramos e colaboradores, do Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional, concluíram se tratar de seixos e calhaus alóctones, trazidos de outros locais.⁹⁰ Já aqui, eles foram colocados abaixo do piso, no canto interno do cômodo dianteiro do trapiche, sem dúvida alguma com propósitos espirituais, em uma situação impossível de ser confundida com um depósito natural. Achado semelhante foi feito mais adiante, no lote nº 46, onde foi

91. *Ibid.*

92. *Ibid.*

colocado também no canto interno do cômodo dianteiro, na junção da parede lateral com a da fachada, um seixo de quartzo.⁹¹

Uma outra concentração de seixos foi observada externamente ao mesmo alicerce frontal e alguns entre as pedras do Beco da Pedra do Sal, próximo à encruzilhada, lugar de fluxo entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Assim, concentrando poderosas energias das forças e entidades cultuadas pelos escravizados, essas pedras de devoção tanto podem ter sido canalizadas para invocar o bem quanto o mal, quer para pedir proteção para o edifício ou para causar malefícios ao(s) seu(s) proprietário(s),⁹² o que jamais teremos condição de saber.

Nesse mesmo cruzamento de ruas, foi encontrado um par de miniaturas de potes de cerâmica muito escura, recobertos por um engobo de *efun* (em iorubá) ou *mpemba/pemba* (entre os bantos) (Figura 47). Trata-se de um pó branco muito fino que tanto pode ser produzido a partir de uma tabatinga retirada das barrancas ou do fundo dos rios quanto extraído do calcário, como a cal ou o giz. Ao se diluir o pó na água, adiciona-se um aglutinante a essa mistura, que é então aplicada ao suporte escolhido, que tanto pode ser o corpo (como em rituais de iniciação, por exemplo) ou um objeto. Branco é a cor dos mortos, do mundo dos espíritos, e o suporte escolhido neste caso foi uma cerâmica negra. Há certamente um conteúdo simbólico nesse contraste: a cor negra dos vivos e o branco dos mortos, já que a cerâmica não foi deixada na cor natural do barro, mas deliberadamente enegrecida. Ambos os potes foram enterrados junto ao cunhal curvilíneo da edificação, próximo à entrada, um espaço liminar de circulação intensa, à época uma esquina, como atesta o cunhal arredondado. E, mais precisamente, em uma encruzilhada, lugar sagrado.



Figura 47 – Par de miniaturas de vasos cerâmicos encontrados na encruzilhada das ruas Sacadura Cabral e Argemiro Bulcão. Foto: Tania Andrade Lima.

A profundidade em que essas miniaturas foram encontradas está no mesmo nível do calçamento mais antigo do Beco da Pedra do Sal, em ligeiro declive em direção ao mar, ao qual associamos o segmento igualmente mais antigo do píer 1 da Rua Coelho e Castro (Figura 6). Trata-se, ao que parece, de um primeiro momento do Trapiche da Pedra do Sal e do Beco junto ao qual ele foi edificado, substituídos mais tarde e respectivamente por um píer mais robusto e um calçamento de melhor qualidade.

Encruzilhadas são o domínio de Exu, orixá primordial que preside os movimentos, senhor dos caminhos e da comunicação, mensageiro dos deuses. Na cosmogonia iorubá, ele é o guardião do axé de Olorun, ser supremo, resguardando e protegendo essa energia vital, fundamento da vida,⁹³ potencializando-a, multiplicando-a e fazendo-a circular.⁹⁴ O fluxo contínuo e interminável da vida desfaz, nas encruzilhadas, a oposição binária vida/morte. Segundo Rufino,⁹⁵ nelas a vida pode se tornar morte e a morte vir a ser vida, de tal forma que um rico simbolismo é atribuído aos cruzamentos. A deposição, portanto, das duas miniaturas e de pedras de poder e devoção na encruzilhada do Beco da Pedra do Sal expressa crenças muito profundas, que podem ser apenas entrevistas na materialidade desses achados, porquanto seu significado nos escapa e não pode mais ser alcançado.

Chamam a atenção essas evidências de práticas associadas ao panteão iorubá, quando os africanos escravizados que chegaram ao Rio de Janeiro foram esmagadoramente provenientes da África Central.⁹⁶ Embora numericamente muito inferiores, os iorubá foram muito influentes, especialmente nessa área, onde se fixaram nas imediações da Pedra do Sal. Isso ocorreu sobretudo após a chamada diáspora baiana, o deslocamento maciço de pretos oriundos da Bahia iniciado após a Revolta dos Malês, em 1835. Tanto que, em 1886, foi criado aí o terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, sob forte influência de Bamboxê Obitikô, proeminente e lendário líder religioso, babalaô e sacerdote de Xangô. Nascido no reino iorubá de Oyó, pertencente a uma linhagem real e como tal descendente direto de Xangô, um dos seus mais importantes orixás, veio escravizado para a Bahia, mas comprou sua liberdade poucos anos depois.⁹⁷ Em vindas ao Rio de Janeiro, ajudou Mãe Aninha de Xangô Afonjá – Ìyá Obá Biyi, sua filha de santo, a fundar o terreiro,⁹⁸ que se mantém até hoje, agora em São João de Meriti.⁹⁹

Na arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos, são inúmeros os achados de objetos e materiais orgânicos e inorgânicos enterrados intencionalmente ou escondidos em alicerces, sob pisos, em cantos de cômodos, sob batentes de portas e vãos de janelas, com propósitos espirituais, designados como “caches”.¹⁰⁰ No Brasil, as pesquisas de Symanski¹⁰¹ foram pioneiras na

93. Cf. Prandi (1991).

94. Cf. Rufino (2019).

95. *Ibid.*, p. 168.

96. Cf. Lima, Sene e Souza, op. cit.

97. Cf. Castillo (2016).

98. Cf. Machado (2011).

99. Cf. Lima e Ribeiro Junior, op. cit.

100. Cf. Brown e Cooper (1990), Brown (1995), Leone e Fry (1999), Leone (2005), Leone *et al.* (2013), Moses (2018), Ruppel *et al.* (2003), Samford (2000) e Wilkie (1997).

101. Symanski (2007).

102. Symanski e Gomes (2016).

103. Gordenstein (2016).

104. Lima e Ribeiro Junior, op. cit.

identificação de coisas enterradas ou escondidas em senzalas no Brasil central, atribuídas a crenças espirituais, e, mais tarde, em plantations no Sudeste.¹⁰² Em Salvador, Gordenstein¹⁰³ encontrou, em um sobrado urbano oitocentista que funcionou como terreiro, um arranjo de coisas colocadas debaixo do chão, em pontos estratégicos, sugerindo se tratar de axés para a proteção espiritual do espaço. Em pesquisa realizada no âmbito do território quilombola da Pedra do Sal, nas proximidades do trapiche aqui estudado, Lima e Ribeiro Jr.¹⁰⁴ identificaram pedras de poder e devoção inseridas na alvenaria de fundações de trapiches, cuidadosamente escondidas, bem como depósitos de seixos acumulados debaixo da terra próximo de alicerces dessas edificações, configurando da mesma forma práticas espirituais. De tal forma que os achados aqui apresentados se somam a muitos outros, cujos contextos sugerem fortemente se tratar de deposições relacionadas aos sistemas de crenças dos escravizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arqueologia do Trapiche da Pedra do Sal expôs a materialidade de parte de um dos inúmeros estabelecimentos de embarque e desembarque de mercadorias progressivamente implantados na orla da Saúde e da Gamboa, ao longo do século XIX. Embriões do que viria a se tornar, no início do século XX, o Porto do Rio de Janeiro, constituíram um fenômeno de curta duração, varrido pela aceleração das práticas capitalistas que exigiam a modernização do Estado e das relações de trabalho, além de uma nova racionalidade para as atividades de exportação e importação.

A exposição dos seus remanescentes arquitetônicos, na frente, lateral esquerda e fundos dos lotes nº 68 e 70 da então Rua da Saúde e, ainda, nos fundos dos lotes nº 72 e 74, trouxe à luz materiais e técnicas construtivas utilizados à época, possibilitando caracterizar os que foram empregados nos trapiches oitocentistas, importantes para se compreender a história da construção das edificações portuárias, do ponto de vista da arquitetura e da engenharia.

Nos alicerces trazidos à luz, ficaram registradas inúmeras informações referentes à trajetória de vida dos edifícios que compuseram o trapiche. Foi possível reconhecer seus diferentes momentos, identificar suas dimensões, constatar as transformações sofridas ao longo do tempo, as alterações na dimensão da fachada, bem como na largura e altura do edifício, os danos e reparos feitos nas paredes,

a abertura e fechamento de vãos, a incorporação de um edifício a outro e o reaproveitamento de partes de outras edificações.

Para esses reconhecimentos e identificações, os materiais construtivos recuperados – pedras, argamassas e elementos intrusivos – foram particularmente informativos, em especial as argamassas, a partir da análise de sua tecnologia de fabricação. Somadas à análise das estruturas de embasamento, elas foram determinantes para a compreensão das características de cada edificação, ou seja: se as fundações correspondiam a um prédio alto ou baixo, se elas foram ou não executadas com apuro técnico, se algumas partes tiveram função específica para erguer grandes ou pequenas cargas, e assim por diante.

No Trapiche da Pedra do Sal, as argamassas mais antigas foram feitas com conchas calcinadas e trituradas, utilizadas como elemento ligante. Em outras, pouco mais recentes, foi identificada a presença de conchas não calcinadas e trituradas, como elemento inerte. Foi possível identificar ainda outro material, a argila, muito empregada na técnica de construção de edificações antigas. Utilizada nas argamassas dos alicerces e na confecção de pisos, ela desempenhou outras funções, como a de barrar a umidade no interior das edificações ou de conduzir a água para escoamento superficial. Florenzano, Almeida e Angélica¹⁰⁵ chamaram a atenção para a potencialidade do material construtivo como ferramenta para historiografia, ainda pouco aproveitado. Mas a arqueologia, com seu foco na materialidade, vem dando contribuições relevantes para a história da construção, ao recuperar e, sobretudo, valorizar elementos técnicos das edificações que traz à luz.

De posse das informações levantadas, foi possível uma leitura do espaço construído a partir dos seus remanescentes, certamente parcial e limitada, porém suficiente para o entendimento do que foi encontrado, bem como da lógica e da prática da atividade de construção à época.

Os dados documentais levantados corroboraram a interpretação feita pela arqueologia, em especial o fato de o trapiche ter ocupado, ao longo de toda a sua trajetória, os dois lotes iniciais. No entanto, a arqueologia mostrou uma ampliação do edifício sobre o Beco do Sal que não foi vista no registro documental. Se esse avanço sobre uma via pública foi regular ou irregular, não foi possível saber. Levanta-se, contudo, a suposição de ter sido irregular, visto que ele não durou muito, tendo sido totalmente demolido, ao contrário dos demais edifícios dos trapiches, que em grande parte se encontram até hoje preservados.

O que o registro textual apontou e a arqueologia não dispôs de elementos para supor foi a expansão do Trapiche da Pedra do Sal para os

106. Cf. Berger, op. cit.

107. Gerson, op. cit., p. 151.

estabelecimentos imediatamente vizinhos, em um movimento de expansão do empreendimento em uma conjuntura econômica favorável. O trapiche 1 e o trapiche 2, identificados arqueologicamente, foram, segundo as fontes primárias consultadas, integrados ao Trapiche da Pedra do Sal por ocasião dessa expansão, até serem absorvidos pelas Docas D. Pedro II.

Os píeres, cais e plataformas de embarque encontrados nos fundos do trapiche, tendo perdido o acesso ao mar ao serem bloqueados pelo prédio monumental da companhia, foram aterrados, dando lugar ao leito daquela que viria a ser a Rua Coelho e Castro. Ao final do século XIX ou já no século XX, não se sabe ao certo, a parte lateral da edificação foi demolida, o que possibilitou novamente o alargamento do antigo Beco do Sal ou Beco da Pedra do Sal, posteriormente transformado, segundo o decreto de alteração de denominação nº 10877, de 19 de junho de 1951, na atual Rua Argemiro Bulcão.¹⁰⁶ Por sua vez, o leito da antiga Rua da Saúde, ao ser alargado, forçou o recuo das fachadas das antigas edificações, cujas frentes tiveram que ser demolidas, o que explica o achado dos seus alicerces nas escavações realizadas na Rua Sacadura Cabral, entre eles, os do Trapiche da Pedra do Sal.

No que diz respeito às pequenas coisas recuperadas em meio às fundações, arranques de paredes e demais estruturas escavadas, foram encontrados, por um lado, restos alimentares e fragmentos de objetos do dia a dia descartados como imprestáveis e acumulados em pequenos bolsões já próximo ao lençol freático, ricos em matérias orgânicas. Trata-se de coisas banais, comuns, inespecíficas, em geral atribuídas aos segmentos da sociedade oitocentista com algum poder de compra, fossem euro ou afrodescendentes, que tanto podem ter sido utilizados nos trapiches quanto em outros estabelecimentos ou unidades domésticas das imediações.

Por outro lado, o Trapiche da Pedra do Sal foi construído a apenas 100 m de distância do afloramento rochoso que o nomeou, no coração da Pequena África, em cujas imediações formou-se um enclave da população negra urbana no século XIX. Não é difícil imaginar a intensa participação dessa população nas atividades realizadas no trapiche. Segundo Brasil Gerson,¹⁰⁷ só o trapiche de Cândido Rodrigues Ferreira, o Ferreirinha, na Gamboa, era movimentado por cerca de duzentos escravizados. Não apenas cativos, mas também libertos e livres que viviam em seu entorno, trabalharam no trapiche da Pedra do Sal, tanto na construção do edifício quanto nas atividades de carga e descarga de mercadorias nas embarcações, píeres e cais, de estocagem no interior do armazém, de assistência às embarcações atracadas, além de toda e qualquer forma de trabalho, força motriz que eles foram da totalidade do movimento portuário. A eles, pioneiros

da estiva, foram atribuídos os pequenos objetos votivos, depositados, segundo suas crenças, em locais com alta concentração de energia, como cantos de cômodos e encruzilhadas, os quais expressam sua devoção a forças e entidades supranaturais.

Se foi viável fazer um levantamento dos administradores do Trapiche da Pedra do Sal, quer proprietários quer arrendatários, todos eurodescendentes a julgar pelos seus nomes e sobrenomes, isso não foi possível em relação ao contingente de pretos que impulsionaram o estabelecimento. Anônimos, invisíveis e esquecidos, dos que lá trabalharam deve haver poucos registros, provavelmente policiais, que não puderam ser levantados devido à pandemia de covid-19, com o fechamento de arquivos e bibliotecas. O que deles restou de fato como herança para os seus descendentes foram suas vigorosas práticas culturais e espirituais, transmitidas pela tradição oral de geração a geração, além das esparsas materializações dessas práticas, recuperadas pela arqueologia. Sem dúvida alguma associadas ao Trapiche da Pedra do Sal, essas evidências atestam a impregnação das suas crenças nas atividades cotidianas e o quanto elas permearam seu universo de trabalho, na ausência de fronteiras entre sagrado e profano, natureza e sobrenatureza, vivos e mortos, aquém e além, domínios entendidos como um continuum.

Após a abolição, não obstante novas formas de organização do trabalho, agora livre, foi mantida a condição de subalternidade dos negros da Pequena África. Sem outras perspectivas, eles continuaram trabalhando na movimentação de mercadorias nos armazéns e cais, porém na condição de “homens da rua”, avulsos, recrutados arbitrariamente e informalmente pelos trapicheiros. A resistência viria através de estratégias inovadoras de mobilização política, no início do século XX. Já nesse momento, com forte envolvimento da mão de obra imigrante, os trabalhadores portuários participaram, em 1903, de uma grande greve operária ocorrida no Rio de Janeiro, quando foi criada a União dos Operários Estivadores, constituída em boa parte por homens brancos. No ano seguinte, em 1904, os pretos, marginalizados, participaram ativamente das revoltas urbanas contra posturas higienistas, na chamada Revolta da Vacina, erguendo barricadas na Saúde contra o exército. E, em 1905, formaram a União dos Trabalhadores em Trapiche e Café, reunindo na sua quase totalidade trabalhadores pretos.

A regulamentação das condições do trabalho na estiva, contudo, só viria nos anos 1930, com a instituição do Estado Corporativo pelo Estado Novo, a transformação das associações de classe em sindicatos e, finalmente, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Surgiram sucessivamente o Sindicato da União dos Operários Estivadores, em 1930; Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro, em 1935; Sindicato dos Estivadores do Estado da Guanabara, em

108. Comunicação pessoal de Damiano Braga Soares dos Santos, presidente do conselho diretor da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (ARQPEDRA). No momento há cerca de vinte jovens quilombolas aptos a ingressar no trabalho portuário, cuja incorporação vem sendo pleiteada.

1964, o qual foi fundido, em 1965, com o atual Sindicato dos Trabalhadores em Estiva de Minérios, este último descendente direto da União dos Operários Estivadores, criada em 1903. Já a União dos Trabalhadores em Trapiche e Café, surgida em 1905, deu origem, também em linha direta, ao atual Sindicato dos Portuários Avulsos em Capatazia e Arrumadores no Comércio Armazenador no Município do Rio de Janeiro, atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto.

Essas organizações robusteceram, deram voz e impuseram o respeito patronal por uma categoria forjada duramente no passado, entre os escravizados que, no século XIX, impulsionaram com sua força de trabalho os trapiches da Saúde e da Gamboa, entre eles, o emblemático Trapiche da Pedra do Sal. Até hoje ligados umbilicalmente a essa longa tradição, há, atualmente, três trabalhadores portuários na Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, tendo mais um se aposentado e outro falecido recentemente, todos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Estiva de Minérios e ao Sindicato dos Portuários Avulsos em Capatazia e Arrumadores no Comércio Armazenador no Município do Rio de Janeiro, honrando suas raízes e a memória dos seus ancestrais.¹⁰⁸

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Sesmarias, BR RJANRIO BI.0.D16.280. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1818.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Sesmarias, BR RJANRIO BI.0.D16.389 02 de 12. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1818-1830a.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Sesmarias, BR RJANRIO BI.0.D16.389 04 de 12: Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1818-1830b.

FONTES IMPRESSAS

A ACTUALIDADE: jornal politico, litterario e noticioso. Rio de Janeiro: [s. n.], 11 jun. 1863.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1865. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1865.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1848.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1852.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1854.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1856.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1857.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1858.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1859.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1866.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1870.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1871.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1874.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1875.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1840.

BRASIL. *[Decisão] n° 45, de 18 de outubro de 1808*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891a.

BRASIL. *Decreto de 21 de janeiro de 1809*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891b.

CORREIO OFFICIAL: in medio posita virtus. Rio de Janeiro: [s. n.], 12 nov. 1834.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 4 jul. 1842.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 5 nov. 1842.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 28 nov. 1842.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 18 ago. 1875.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 24 mar. 1876.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1 ago. 1876.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 13 ago. 1817.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 28 abr. 1821.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: [s. n.], 29 jun. 1822.

GAZETA OFFICIAL DO IMPERIO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 31 jul. 1848.

JORNAL DA TARDE. Belém: Typographia do Norte, 7 ago. 1871.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Imperial Typographia, 3 mar. 1830.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Imperial Typographia, 25 nov. 1847.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Imperial Typographia, 15 ago. 1852.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Imperial Typographia, 5 jan. 1870.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Imperial Typographia, 6 mar. 1870.

O CONSTITUCIONAL. Recife: [s. n.], 1863.

O DESPERTADOR. Paraíba: Typographia Liberal Parahybana, 7 nov. 1838.

O DESPERTADOR. Paraíba: Typographia Liberal Parahybana, 15 jan. 1839.

O DESPERTADOR. Paraíba: Typographia Liberal Parahybana, 29 jan. 1840.

O DESPERTADOR. Paraíba: Typographia Liberal Parahybana, 2 abr. 1840.

O DESPERTADOR. Paraíba: Typographia Liberal Parahybana, 2 set. 1841.

O PARAHYBA. Rio de Janeiro: Typographia do Parahyba, 28 nov. 1858.

O SETE D'ABRIL. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 9 nov. 1838.

O SETE D'ABRIL. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 2 mar. 1839.

O TAGARELLA. Fortaleza: [s. n.], 17 dez. 1880.

REVUE COMMERCIALE FINANCIÈRE ET MARITIME, Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1885.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: I e II regiões administrativas (Centro)*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1974.

BROWN, Kenneth Lynn. Material Culture and Community Structure: The Slave and Tenant Community at Levi Jordan's Plantation, 1848–1892. In HUDSON Jr., L. E. (ed.), *Working Toward Freedom: Slave Society and Domestic Economy in the American South*. Rochester: University of Rochester Press, 1995, p. 95-118.

BROWN, Kenneth Lynn; COOPER, Doreen C. Structural Continuity in an African-American Slave and Tenant Community. *Historical Archaeology*, 24(4), 7–19, 1990.

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. *Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, séculos XIX-XX*. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. Arqueologia portuária em Sergipe: teoria e metodologia. *Vestígios: revista latino-americana de arqueologia histórica*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 28-51, 2017a. DOI: 10.31239/vtg.v11i2.10444.

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. Em busca do porto perdido: arqueologia na margem aracajuana do rio Sergipe. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, v. 14, n. 27, p. 285-313, 2017b. DOI: 10.15210/LEPAARQ.V14I27.9833.

CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afroatlântica. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 39, p. 126-153, 2016. DOI: 10.20509/TEM-1980-542X2016v223907.

CAVALCANTI, João Cruvello. *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1878.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces. *Tempo*, Niterói, n. 8, p. 1-18, 1999.

FLORENZANO, Luciana da Silva; ALMEIDA, Renata Hermann; ANGÉLICA, Rômulo Simões. Arquitetura, matéria e historiografia: interfaces entre investigação tecnológica e pesquisa histórica, a partir de tijolos cerâmicos em Santa Leopoldina (ES). *PosFAUUSP*, São Paulo, v. 24, n. 44, p. 148-163, 2017. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v24i44p148-163.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio, em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

GORDENSTEIN, Samuel Lira. Planting axé in the city: urban terreiros and the growth of candomblé in late nineteenth-century Salvador/Bahia, Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, v. 5, n. 2, p. 71–101, 2016.

HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinicius. O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 144-158, 2015.

HONORATO, Claudio de Paula. *Valongo: o mercado de almas da praça carioca*. Curitiba: Appris, 2019.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 1991.

LEONE, Mark Paul. *The Archaeology of Liberty in an American Capital: Excavations in Annapolis*. Berkeley: University of California Press, 2005.

LEONE, Mark Paul e FRY, Gladys-Marie. Conjuring in the big house kitchen: An Interpretation of African American Belief Systems Based on the Uses of Archaeology and Folklore Sources. *Journal of American Folklore*, v. 112, n. 445 p. 372–403, 1999.

LEONE, Mark Paul; TANG, Amanda, SKOLNIK, Benjamin A., & Pruitt, Elizabeth. In the Shade of Frederick Douglass: the Archaeology of Wye House. In GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (ed.) *Reclaiming Archaeology Beyond the Tropes of Modernity*, London: Routledge, 2013, p. 220-232.

MOSES, Sharon Kay. Enslaved African Conjure and Ritual Deposits on the Hume Plantation, South Carolina, *North American Archaeologist*, v. 39, n. 2, p. 131–164, 2018.

LIMA, Tania Andrade (coord.). *Cais e trapiches do século XIX: Rua Argemiro Bulcão, Saúde*. Rio de Janeiro: Iphan, 2011a. (Rio de Janeiro: escavações arqueológicas). Relatório final. Disponível na Superintendência doem nova Iphan no Rio de Janeiro.

LIMA, Tania Andrade (coord.). *Cais e trapiches do século XIX: Rua Coelho e Castro, Saúde*. Rio de Janeiro: Iphan, 2011b. (Rio de Janeiro: escavações arqueológicas). Relatório final. Disponível na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

LIMA, Tania Andrade. *Relatório final de monitoramento arqueológico: Rua Sacadura Cabral*. Rio de Janeiro: Iphan, 2013. v. 2. Disponível na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

LIMA, Tania Andrade; RIBEIRO JUNIOR, Ademir. Nos domínios das entidades das rochas: arqueologia das pedras de poder e devoção no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XIX ao XXI. *Vestígios: revista latino-americana de arqueologia histórica*, v. 15, n. 2, p. 195-230, 2021. DOI: 10.31239/vtg.v15i2.32436.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 299-390, 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0111.

MACHADO, Ed. *Ilé Ase Òpó Àfonjá*: da Pedra do Sal até Coelho da Rocha. Rio de Janeiro: Metanoia, 2011.

MACHADO, Christiane Lopes; CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. *Arqueologia preventiva na área do terminal portuário para embarque de minério de ferro*. Vitória: Rhea Estudos & Projetos; Cepemar, 2012. Relatório técnico (CPM RT 038/12).

MANSUR, Kátia Leite *et al.* O gnaisse facoidal: a mais carioca das rochas. *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 9-22, 2008.

MAXIMINO, Eliete Pythagoras Britto. *Porto do Valongo e o portinho dos piratas de Bertioga*: um estudo de arqueologia histórica industrial. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

NARCISO, Pedro Miguel da Silva. *O trapiche de Antônio Leite*: (des)continuidades de uma infraestrutura portuária dos arrabaldes do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX. 2016. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra*: o cemitério de pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PRANDI, Reginaldo. *Candomblés de São Paulo*: a velha magia da metrópole nova. São Paulo: Hucitec, 1991.

RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia subaquática do baixo Vale do Ribeira - SP*. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas: Exu como educação. *Exitus*, Santarém, v. 9, n. 4, p. 262-289, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n4ID1012.

RUPPEL, Timothy; NEUWIRTH, Jessica; LEONE, Mark Paul; FRY, Gladys-Marie. Hidden in View: African Spiritual Practices in North American Landscapes. *Antiquity*, 77(296), 321-335. 2003.

SAMFORD, Patricia M. *Power Runs in Many Channels*: Subfloor Pits and West African-Based Spiritual Traditions in Colonial Virginia. (Unpublished doctoral dissertation). University of North Carolina at Chapel Hill, 2000.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. Arqueologia do antigo sistema portuário da cidade de Iguape, São Paulo, Brasil. *Revista de Arqueologia Americana*, Cidade do México, nº 22, p. 81-100, 2003.

SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira. O domínio da tática. Práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios*, v.1, n. 2, p. 9-36, 2007.

SYMANSKI, Luiz Claudio Pereira; GOMES, Flavio dos Santos. Iron Cosmology, Slavery, and Social Control: The Materiality of Rebellion in the Coffee Plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, v. 5, n. 2, p. 4-197, 2016.

WILKIE, Laurie A. Secret and sacred: Contextualizing the artifacts of African-American Magic and Religion. *Historical Archaeology*, 31(4), 81-106, 1997.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Diagnóstico Arqueológico não interventivo: ampliação do cais do TCP, município de Paranaguá, estado do Paraná*. São Paulo: s.c.e. Relatório técnico, 2010.

SITES

INEPAC. Patrimônio Cultural Bens Tombados. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/20. Acesso em: 18 ago. 2021.

Artigo apresentado em: 14/03/2022. Aprovado em: 30/06/2022.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License